

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS- CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

RODRIGO CASTRO AZEVEDO

**UM OLHAR SOBRE O SERTÃO DOS PASTOS BONS A PARTIR DAS MEMÓRIAS
DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO**

São Luís
2019

RODRIGO CASTRO AZEVEDO

**UM OLHAR SOBRE O SERTÃO DOS PASTOS BONS A PARTIR DAS MEMÓRIAS
DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos
requisitos para obtenção do grau de licenciatura plena
em História.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco
Filho

São Luís
2019

RODRIGO CASTRO AZEVEDO

**UM OLHAR SOBRE O SERTÃO DOS PASTOS BONS A PARTIR DAS MEMÓRIAS
DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO**

Aprovado em / /

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos
requisitos para obtenção do grau de licenciatura plena
em História.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco
Filho

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alan Kardec G. Pachêco Filho.
Universidade Estadual do Maranhão
(Orientador)

Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Considero que a minha trajetória no campo acadêmico, que nesse momento culmina com este trabalho monográfico, tenha se iniciado bem antes do ano de 2015, quando ingressei na universidade. Para mim, ela teve seu princípio quando meus pais, cientes de que a educação seria a única forma de mudar o cenário social em que estávamos inseridos, me puseram logo cedo na escola, cuidando para que o conhecimento sempre fosse prioridade.

É por este, dentre tantos outros motivos, que agradeço primeiramente a minha mãe, Leonilde Antônia, e ao meu pai, Afonso Silva, por todo amor, apoio e sustentação que me deram longo desta caminhada, juntamente de minha irmã, Amanda Castro, que esteve ao meu lado durante todo este longo período.

Agradeço a minha namorada, Ana Valéria, pelo carinho e compreensão, por sempre estar ao meu lado prestando toda ajuda possível nos momentos difíceis e por compartilhar comigo todas as alegrias, sendo parte fundamental na construção deste caminhada trabalho.

Agradeço ao professor Alan Kardec pelas orientações, “puxões de orelha” e por todos os conselhos que me ajudaram a prosperar academicamente, e também como pessoa. Sou grato ainda pela oportunidade que me concedeu de conhecer o sertão, que agora levo comigo. Agradeço a Samara Ramos pela enorme ajuda que me foi dada durante todo este tempo de produção, sempre muito solícita nos meus momentos de dificuldade. Ademais, minha gratidão a todos os professores do Curso de História da UEMA, por todo o conhecimento repassado.

Agradeço aos meus amigos Rafael Ramos, Alissoney dos Reis, Liana Mota, Andreia Duarte Adriano Diniz, Rafael Felipe, Brenda Mota, Gustavo Teles, Emanuelle Maria, Joanderson Gutierrez e Clodomir Araújo, com os quais tive a honra de conviver ao longo destes quatro anos.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar o sertão dos Pastos Bons no contexto oitocentista, a partir dos escritos produzidos pelo militar português Francisco de Paula Ribeiro. As fontes utilizadas foram as memórias produzidas pelos referido autor, a saber: *Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1848, e *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849. Paula Ribeiro fez uma descrição abrangente sobre diversos aspectos do Sertão dos Pastos Bons, dentre eles, trata da geografia física, dos aspectos históricos da conquista e ocupação do sertão maranhense, além de produzir uma análise antropológica, sendo assim pioneiro no relato vida dos habitantes da região. O vasto conhecimento de Paula Ribeiro sobre o sul maranhense, expresso em suas memórias, se deu em decorrências dos quase vinte anos em que esteve na região prestando serviços à Coroa portuguesa. Observa-se a partir de seus escritos uma nítida favorabilidade dos aspectos naturais do sertão, que, contudo, não fora revertido em expressivo desenvolvimento socioeconômico para a região.

Palavras-chave: Sertão. Paula Ribeiro. Maranhão

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the backwoods of the Pastos Bons in the nineteenth century context, from the writings produced by the Portuguese military Francisco de Paula Ribeiro. The sources used were the memoirs produced by the said author, as follows: Road Map that made Captain Francisco de Paula Ribeiro to the borders of the Captaincy of Maranhão and Goiás in the year 1815 in the service of S. M. Fidelíssima. Rio de Janeiro, IHGB Magazine, 1848. Missing the magazine number and Description of the Territory of Pastos Bons; Properties of their lands, their productions, character of their settlers, and current state of their establishments. Paula Ribeiro gave a comprehensive description of several aspects of the backwoods dos Pastos Bons, including physical geography, the historical aspects of the conquest and occupation of the Maranhão backlands, as well as producing an anthropological analysis, thus being a pioneer reporting life story of the inhabitants of the region. Paula Ribeiro's vast knowledge of southern Maranhão, as expressed in his memoirs, came as a result of the nearly twenty years he spent in the region rendering services to the Portuguese Crown. It can be seen from his writings a clear favorability of natural aspects of the interior, which, however, had not been reverted to a significant socioeconomic development for the region.

Keywords: Backwoods. Paula Ribeiro. Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Maranhão.....	24
Figura 2 - Mapa produzido por Francisco de Paula Ribeiro.....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O REFORMISMO ILUSTRADO E O NOVO OLHAR SOBRE O SERTÃO	12
1.1. A exploração dos sertões brasileiros.....	16
1.2. Os rios como o caminho para a exploração do sertão.....	20
1.3. A importância dos rios na exploração do sertão dos Pastos Bons.....	23
2. AS DISCUSSÕES SOBRE O SERTÃO NO ÂMBITO NACIONAL	29
2.1. Os debates sobre o sertão na construção da identidade nacional.....	30
2.2. O sertão como fronteira interna.....	34
2.3. O retrato do sertão através do olhar literário.....	40
3. O SERTÃO DOS PASTOS BONS NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO	46
3.1. “Os copiosos gados dos Pastos Bons”: o olhar de Paula Ribeiro sobre as bases econômicas do sertão.....	54
3.2. A natureza do sertão nos escritos de Paula Ribeiro.....	59
3.3. O processo de ocupação do sertão dos Pastos Bons e a criação das Ribeiras.....	61
3.4. Os aspectos sociais dos Pastos Bons e o trabalho nas fazendas.....	66
3.5. Os entraves para o desenvolvimentos do sertão.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

O termo sertão admitiu diversas representações ao longo do tempo, sendo usado para designar tanto aspectos geográficos, como culturais e sociais. De tal modo, construíram-se pelas mãos dos mais diversos autores inúmeros sertões, ainda que a gênese do seu significado seja a mesma: denominar os espaços afastados do litoral, locais ainda pouco conhecidos. Esta abrangência que o termo sertão abarca foi muito bem descrita pela antropóloga Candice Vidal.

Os sertões são muitos, o sertão é um mesmo lugar que pode ser reencontrado em espaços dispersos pelo Brasil. Viajantes, escritores, cientistas e repórteres descrevem os sertões e as suas diversidades empírica irreduzível ou escolhem enfatizar os aspectos físicos, naturais e sociais que se repetiram nos vários sertões observados em suas andanças reais e imaginadas pelo Brasil.¹

Esta multiplicidade de olhares sobre o sertão, abordada por Candice Vidal, conferiam a esta região uma gama de discursos que, em grande medida, construíram o imaginário sobre o que seria de fato este espaço.

O sertão brasileiro, durante boa parte do período colonial, esteve à margem dos interesses dos colonizadores, como explica Tiago Bonato. “O interior do nordeste da América portuguesa foi pouco visitado por europeus até o século XVIII. Raros foram os conquistadores, tanto espanhóis quanto portugueses, que enfrentaram a longa jornada até o coração do sertão americano”².

Desse modo, as representações elaboradas sobre estes espaços até o período setecentista estavam pautadas estritamente em suposições, havendo poucos relatos baseados em observações e descrições in loco.

Porém, a partir de mudanças estruturais na administração portuguesa, provenientes principalmente do chamado Reformismo Ilustrado, buscou-se um melhor aproveitamento dos espaços coloniais, como forma de encontrar em tais locais ainda pouco explorados, riquezas naturais que pudessem ser convertidas em vantagens econômicas.

Por conta disso, surgiram diversas viagens endereçadas aos sertões, que buscavam atender esta demanda estabelecida pela metrópole, sendo tais expedições comandadas pelos mais diversos membros da sociedade europeia não portuguesa e também alguns luso-

¹ SOUZA, Candice Vidal de. Ver o Brasil, pensar a nação. In: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de. *O império do Brasil educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & lápis: Editora UEMA. 2015. p. 515.

² BONATO, Thiago. *O olhar, a descrição: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do período colonial (1783-1822)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. p. 1.

brasileiros. Nesse contexto esteve inserido o major português Francisco de Paula Ribeiro, que percorreu durante longo período o sertão do Maranhão.

Paula Ribeiro, que chegou a capitania do Maranhão na última década do século XVIII, além de ter prestado serviços militares a Coroa de Portugal nas mais diversas incursões nas quais foi empregado, também prestou valorosas contribuições como explorador, “descrevendo suas impressões obtidas ao longo dos mais de vinte anos de viagens pelos sertões dos Pastos Bons trazendo a lume um Maranhão desconhecidos em seus aspectos geográficos, históricos e antropológicos.”³

De tal modo, por meio das três obras e do mapa produzido por Francisco de Paula Ribeiro, o militar deixou larga descrição sobre as questões naturais e territoriais do sertão do Maranhão, além de aspectos econômicos, sociais e ainda sobre a formação da população sertaneja, com a qual teve amplo contato.

A exploração do sertão brasileiro muito foi facilitada pela extensa rede hídrica que algumas destas áreas apresentam. Isto porque os caminhos terrestres que davam acesso a estas regiões apresentavam-se como um dos grandes empecilhos para que os viajantes, exploradores e aventureiros pudessem adentrar aos sertões. Contudo, tomando como base principalmente as técnicas de navegação dos povos indígenas, a “descoberta” do sertão por parte destes colonizadores foi oportunizada, tendo sido o acesso enormemente facilitado.

Seguindo esta linha, a navegação pelos rios maranhenses também prestou grandes contribuições para o processo de ocupação portuguesa do sertão do Maranhão. Tal fato se justifica porque, por meio dos principais rios navegáveis que compõem a vasta bacia hidrográfica maranhense, foi possível que os colonos não só se deslocassem até a região do sertão, mas também que consolidassem as trocas comerciais na região.

Paula Ribeiro, com explorador a serviço da Coroa portuguesa, não só descreveu boa parte dos principais rios existentes no sertão da capitania do Maranhão, como também foi responsável por produzir, em conjunto com o piloto Antônio de Couto, uma cartografia detalhada sobre o mesmo, como desdobramento de uma das suas missões nos altos sertões.

O sertão brasileiro, além de ter sido alvo dos escritos de vários viajantes que por aqui passaram, também foi tema recorrente na produção dos intelectuais nacionais, tendo marcado presença em especial na literatura, povoando o pensamento social brasileiro. Sobre isso, a autora Janaína Amado diz que

“Sertão” é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa Historiografia [...] No período compreendido

³ PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: EdUEMA, 2016.

entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira [...] “Sertão” ocupa ainda lugar extremamente importância na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de correntes e obras literárias cultas⁴.

Desta forma, através da produção destes letrados locais, o sertão ganhou espaço no debate nacional, principalmente no que diz respeito às discussões sobre a construção de uma identidade nacional. Neste sentido, em ambos os casos se criou uma ambiguidade em torno do sertão e do sertanejo, como forma de validar os discursos dos projetos nacionais que estavam sendo construídos dentro de determinados contextos.

Diante disto, no primeiro capítulo buscou-se traçar um panorama sobre o contexto histórico que permeava Portugal durante a transição do século XVIII e XIX, situando sobre quais as influências a Coroa Portuguesa foi levada a promover o já citado Reformismo Ilustrado, que muito estão imbricadas com a ascensão das ideias Iluministas em boa parte da Europa, tendo por consequência o envio de diversos viajantes a sertão brasileiro para fins de exploração.

Ao longo do primeiro capítulo se explicita de forma mais detalhada a relevância dos rios brasileiros neste processo de interiorização da colonização lusa, dando maior destaque ao sertão do Maranhão, que, até antes do final do século XIX, pouco se sabia sobre as suas propriedades e seus habitantes.

No segundo capítulo faço uma abordagem em relação às discussões sobre o sertão no pensamento social brasileiro e também em algumas vertentes da literatura, e, por conseguinte, como se deu a representação do sertão e do sertanejo dentro nestes discursos, principalmente no que tange a uma frequente oposição entre sertão e litoral e a noção do sertão enquanto uma fronteira interna.

Todas essas questões supracitadas ganham grande aporte nos discursos que visavam debater a ideia da construção de uma brasilidade, de forma que, em assim sendo, o sertão, como espaço até certo ponto desconhecido, passou a receber maior destaque entre estes intelectuais locais.

O terceiro capítulo discorre sobre os escritos do português Francisco de Paula Ribeiro, abordando desde algumas de suas missões, realizadas na capitania do Maranhão, como também as descrições realizadas pelo militar sobre o sertão dos Pastos Bons, a partir da

⁴ AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 145-151, 1995. p. 146.

sua ótica de agente da Coroa de Portugal. Deste modo, percebemos a abrangência de suas obras que versam sobre vários aspectos de extrema relevância como a geografia física e humana da porção sul do Maranhão.

1. O REFORMISMO ILUSTRADO E O NOVO OLHAR SOBRE O SERTÃO

A definição da palavra sertão, que já nos foi apresentada por diversos autores que estudam o tema, tais como: Nísia Trindade Lima⁵, Janaina Amado⁶, Candice Vidal e Souza⁷, dentre outros, está essencialmente ligada a ideia de espaços incultos, desconhecidos e/ou inexplorados, situados no interior. Gustavo Barroso⁸ ao tratar sobre as origens desta expressão, afirma que podem ser encontradas menções a este termo em documentos portugueses do século XVI, escrito com uma grafia diferente da usada atualmente. Assim, “certão” era utilizado para referenciar as áreas do território de Portugal que se encontravam afastadas da capital.

O termo – sertão - fora trazido pelos colonizadores portugueses para a América, sendo aqui utilizado como o mesmo significado já aplicado em Portugal e África, ou seja: designar áreas mais distantes do litoral do território colonial. Porém, apesar de ter ganho destaque em algumas narrativas de viajantes que estiveram na América portuguesa, o sertão brasileiro por muito tempo esteve relegado ao esquecimento por parte da Metrópole.

Tal fato se explica pois, até o século XVIII, poucos foram aqueles que se dedicaram a explorar os espaços que compunham o interior da colônia, pois grande parte dos viajantes restringiram suas explorações apenas as áreas litorâneas das possessões de Portugal. Com isso, os espaços referentes ao sertão estiveram quase por dois séculos “silenciados” e praticamente desconhecidos pela Coroa, uma vez que pouco se escreveu e cartografou sobre o sertão neste período.

Nesse sentido, o historiador Tiago Bonato afirma que “os relatos se omitiam e os mapas traziam de vazios, a descrições de tribos e a representar monstros e seres extraordinários na região para preencher o espaço em branco”⁹

A citação nos dá a noção de como o sertão foi construído como verdadeiro vazio demográfico, local onde habitavam os “bárbaros e incivilizados”, pouco mencionado nos documentos produzidos sobre os domínios coloniais portugueses, criando-se assim uma verdadeira “geografia do imaginário” sobre o local.

Porém, a partir do século XVIII, e também notadamente durante do século XIX, este cenário de desconhecimento da Coroa portuguesa sobre os sertões “brasileiros” começou a ser alterado de maneira significativa. Isto por conta da influência das ideias iluministas que

⁵ LIMA, Nísia Trindade. Intelectuais e Interpretações do Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, 1999. p. 22.

⁶ AMADO, op. cit., p.147.

⁷ SOUSA, Candice Vidal e. O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, 2010, p. 108

⁸ BARROSO, Gustavo. A origem da palavra “Sertão”. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v (52), 1947.

⁹ BONATO, op.cit., p. 2.

estavam em voga à época na Europa, e que modificaram a forma como as nações europeias olhavam para suas colônias no além-mar.

A razão e o cientificismo passaram a nortear o pensamento no período setecentista e influenciaram diretamente nos novos modelos administrativos implementados a época. Na vertente do cientificismo, o período iluminista foi marcado pela busca de conhecimentos empíricos dos aspectos naturais, e, dessa forma, se desvinculou de uma concepção teológica que explicou até então, os fenômenos ocorridos na natureza.

Para além disso, via-se as riquezas naturais como recursos que deveriam ser revertidos em benefício da humanidade. Como nos esclarece Bonato, “a perspectiva de que a natureza deveria estar a serviço do homem transformou a ideia de mundo natural”¹⁰ Em outras palavras, identificou-se a necessidade de entender a natureza através do viés científico, e, ainda mais, a precisão de se conhecer as potencialidades para que fossem exploradas economicamente.

Pondo-se na esteira das mudanças que ganhavam a Europa, Portugal implementou um série de reformas nos campos político, econômico e educacional que ficaram conhecidas como o Reformismo Ilustrado. As reformas foram em função da posição de atraso em que os lusitanos se encontravam em relação às demais potências da Europa. Tal fato se explica na medida em que boa parte das nações europeias que competiam economicamente como a nação portuguesa já haviam adotado os ideais iluministas.

Ao tratar sobre a situação em que se encontrava Portugal frente aos demais países da Europa antes das Reformas, Fernando Novais diz que “tendo iniciado os tempos modernos em posição de vanguarda, os países ibéricos, a partir do século XVII, iriam sendo cada vez mais ultrapassados pela França, pela Holanda e pela Inglaterra.”¹¹ Ainda nessa linha, diante deste atraso vivido por Portugal, Novais aponta para uma característica significativa que marcou a Ilustração portuguesa, o *estrangeirismo*, referencia a saída de intelectuais lusos para outras partes da Europa onde o pensamento iluminista já havia sido consolidado. A partir do regresso destes intelectuais a Portugal, as ideias assimiladas passaram a ganhar maior espaço.

Estas reformas foram empreendidas principalmente durante o governo de D. José I (1755-1777), tendo na figura do Marques de Pombal, ocupante do cargo de secretário de estado durante o período, seu grande expoente. As Reformas implementadas por Pombal se destacaram principalmente pela valorização das instituições educacionais, pois segundo

¹⁰ Ibid., p. 36.

¹¹ NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: Alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1994, p.106.

afirma Samara Ramos, estas eram vistas como cruciais para que houvesse o fortalecimento do Estado português¹². Isto porque a consolidação do conhecimento científico passou a ser compreendida como o ponto de partida para que Portugal pudesse se recolocar ao lado das grandes potências europeias, e a partir de então, sair da crise econômica na qual o país estava imerso.

Neste sentido, a reforma feita na Universidade de Coimbra foi preponderante para formação de diversos intelectuais nos campos da História Natural, Filosofia e especialistas nas áreas das Ciências Naturais, que posteriormente tiveram papel importante no “descobrimento” dos sertões brasileiros. Segundo nos mostra Dias, durante a primeira década da reforma, cerca de 238 brasileiros formaram-se na Universidade de Coimbra nos cursos de Matemática, Ciências Naturais e Medicina, além dos 157 formados em Ciências Humanas. As décadas de 80 e 90 do período setecentista foram marcadas pelo crescimento das literaturas científicas, bem como a formação em maior número de intelectuais ligados a área das ciências naturais em detrimento às exatas.¹³

A atuação do reformismo ilustrado na Universidade de Coimbra tinha como objetivo não só produzir alterações no âmbito educacional, incentivando a produção de conhecimento científico no país, mas também tinha por intuito lograr êxitos econômicos. Tal fato se explica na medida em que o Governo português, diante da crise em que se encontrava, vislumbrava no conhecimento acadêmico uma forma de buscar alternativas econômicas em suas colônias, principalmente nas regiões ainda pouco exploradas.

Neste sentido, o império luso passou a patrocinar diversas viagens destes acadêmicos formados na Universidade de Coimbra às demais terras pertencentes à Coroa Portuguesa. As viagens realizadas neste período ficaram conhecidas como Viagens Filosóficas, que em sua essência:

[...] deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo. Mas a História Natural não reunia apenas estudos das espécies, mas incluía conhecimento para manipular minerais, domesticar plantas e animais. Os naturalistas atuavam, portanto como economistas, etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza.¹⁴

Como aludido por Raminelli, essas viagens tinham por intuito mapear possíveis riquezas econômicas existentes nas terras portuguesas do além-mar, e, como desdobramentos

¹² RAMOS, Samara de Almeida. *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão*. 2017. 92 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. p. 21.

¹³ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, p.105-170, jan./mar. 1968. p. 107-116.

¹⁴ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 97.

delas, foram elaborados diversos diários, roteiros, mapas e memórias, marcadas principalmente por seu cunho descritivo. Esta documentação era destinada a Coroa para demonstrar tudo aquilo que poderia ser explorado economicamente pelo império lusitano.

1.1. A exploração dos sertões brasileiros

As viagens filosóficas estabeleceram novos parâmetros e colocaram novos objetivos para esses viajantes, já que desde os primeiros tempos históricos já eram desenvolvidas incursões sobre os mais diversos espaços do globo terrestre. Como afirma a historiadora Patrícia Vargas¹⁵, na antiguidade e no medievo as viagens exploratórias já se faziam frequentes, porém neste período, os viajantes que se lançavam ao “desconhecido” ainda eram tomados essencialmente por um espírito aventureiro, no qual estavam obstinados a vencer os possíveis desafios impostos por esses novos espaços. Além disso, as viagens eram desenvolvidas por um pequeno grupo de pessoas, por vezes até mesmo por apenas um indivíduo.

No bojo das mudanças existentes no momento de transição para a Idade Moderna, as ideias que norteavam os viajantes também ganharam novas conotações e, por conseguinte, os objetivos pretendidos com essas expedições também sofreram modificações. Nesse sentido, os viajantes do período moderno lançavam-se ao mar motivados pela busca de novos territórios para que pudessem ser anexados como colônias dos grandes países europeus e assim servissem para a exploração de riquezas. De tal modo, as viagens deixam de possuir um caráter meramente aventureiro e assumem novos fins, como a expansão de novos domínios e riquezas.

As mudanças ocorridas no modo como as viagens passaram a ser empreendidas passam diretamente pelo Iluminismo e o viés cientificista que sociedade europeia assume a partir de então, como já citado aqui anteriormente. Isso porque o viajante, agora sob influência das “luzes”, buscou aplicar suas observações no Novo Mundo os conhecimentos científicos adquiridos no Velho Continente. Concernente a isso, tratar sobre as viagens no período moderno

Significa reconhecer que o sentido científico da viagem moderna, mesmo sem mudar a qualidade da mesma, altera a sua profundidade, pois a observação passa a

¹⁵ ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. Viajantes do século XIX: uma reflexão sobre as estéticas do pitoresco e do sublime na construção de representações para o Brasil. *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE- IFCH*, 2., 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 193-200.

ser feita segundo conceitos e critérios identificados com as novas visões de mundo, com as estratégias científicas de armação de olhar.¹⁶

As viagens do período oitocentista foram dotadas essencialmente das mesmas ideias do período do reformismo ilustrado científicista que marcaram a Idade Moderna. No contexto do século de XIX, o olhar dos viajantes voltaram-se para áreas fora das metrópoles, que ainda não haviam sido abrangidas pelo processo de conquista e povoamento característico do período colonial. Isso porque a sistematização do conhecimento trazido pelas Luzes tornou os objetivos dos viajantes ainda mais claros.

Os espaços coloniais ainda pouco exploradas passam a se tornar os principais destinos desses viajantes e, nesse contexto, o interior da América portuguesa passou a ganhar notoriedade em seus relatos, avolumando ainda mais os escritos sobre estas áreas. Como nos diz José Carlos Barreiro, esse momento de maior visibilidade que os viajantes passam a dar a esta porção territorial configura-se como um momento de redescoberta e revisitação do Brasil através no olhar dos viajantes.¹⁷

Define-se esse momento como de maior visibilidade porque sabe-se que os relatos sobre o Brasil são documentos desde o século XVI com o início do processo de colonização, onde podem ser encontrados relatos de clérigos, aventureiros, militares e etc. sobre as terras recém “descobertas”.

Nesse período de ênfase das viagens pelo sertão, os personagens responsáveis pela exploração destas foram tanto estrangeiros como também aqueles que, nascidos na própria colônia, foram mandados a Universidade de Coimbra para adquirirem formação acadêmica e posteriormente estiveram inseridos nos projetos da metrópole, tendo sido enviados ao Brasil para desenvolverem as viagens filosóficas.

Apesar dos poucos registros documentais sobre o sertão brasileiro até o final do século XVIII, não é de todo correto afirmar que até o referido período não existiu alguns movimentos expedicionários direcionados as áreas interioranas das colônias portuguesas. Ainda no século XVII e início do XVIII destacam-se alguns grupos de colonos que buscaram estas áreas principalmente vislumbrando a obtenção de riquezas.

O movimento mais destacado nesse sentido foi o dos Bandeirantes, que surgem nos escritos que versam sobre a história colonial, tendo sido apontado como um dos primeiros grupos de viajantes que percorreram o sertão, principalmente áreas situadas no centro-oeste,

¹⁶ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: ED da UFPR, 1996. p. 209.

¹⁷ BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: SciELO-Editora UNESP, 2003. p. 9.

norte e nordeste. Porém estas viagens ao sertão desenvolvidas pelo Bandeirantes se diferem em alguns aspectos daquelas realizadas pelos viajantes oitocentistas, seja por seus objetivos ou pela formação daqueles que as compuseram.

De maneira geral as incursões ao sertão organizadas pelos Bandeirantes possuíam objetivos majoritariamente econômicos. Tais Bandeiras eram grupos organizados essencialmente por colonos, e da mesma forma possuíam patrocínio privado dos mesmos, que buscavam nos sertões riquezas naturais como pedras ou metais preciosos. Além disso, buscavam ainda a capturas de indígenas, que em sua grande maioria eram aqueles que habitavam os sertões neste período, como forma de utilizá-los como mão-de-obra escravizada em suas atividades econômicas.

Dessa forma, os Bandeirantes do século XVII poucos se preocupavam em suas viagens ao interior em produzir registros documentais que pudessem dar maiores informações a Coroa portuguesa sobre estas áreas, já que como, anteriormente elucidado, tais registros não era um de seus objetivos precípuos. O autor Manuel Pacheco Neto demonstra bem essa situação ao afirmar que “Os homens que empreenderam tais expedições não foram motivados por intenções coletivistas. Primordialmente, não pretendiam contribuir para a formação da nação e não eram representantes da cúpula política da metrópole”¹⁸

A relação que esses grupos estabeleciam com o estado português estava mais voltada a atividades expansionistas que visavam garantir a ocupação de Portugal nessas áreas afastadas do litoral, assim consolidando o processo de colonização, mas ainda assim pouco preocupados em produzir registros sobre o sertão, excetuando alguns poucos mapas produzidos como desdobramentos das suas missões.

As viagens filosóficas, que como já ratificamos, foram responsáveis pelos relatos mais apurados cientificamente sobre o sertão brasileiro, nesse momento ganham mais notoriedade, pois cresce em larga medida o número de homens das ciências que buscam os sertões. Esses vários viajantes, ao percorrerem estas áreas interioranas, deixaram uma rica fonte de documentação que atualmente recebem a denominação por parte da historiografia de *literatura de viagem*. Fernando Cristóvão ao tratar sobre este conjunto documental define que

Por Literatura de Viagens entendemos o subgênero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de carácter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas. E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, também ao que, por ocasião da viagem pareceu digno de registro: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes,

¹⁸ PACHECO NETO, Manuel. *O bandeirante como tema da educação Brasileira: Um estudo dos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo: , 2007. p.11

crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais, segundo uma mentalidade predominantemente renascentista, moderna e cristã¹⁹.

Como versa Cristóvão, as literaturas de viagem tratam-se de uma gama de documentações extremamente variadas, podendo estar inseridas nesta definição roteiros de viagens, memórias, diários, cartas, relatórios, dentre outros. Essa documentação caracteriza-se pelo grande valor descritivo que possui sobre diversos aspectos relacionados às observações feitas por esses viajantes no período em que estiveram em suas expedições. Sendo estes relatos voltados principalmente para as questões relacionadas às riquezas naturais, as atividades econômicas desenvolvidas naquelas áreas e também às questões humanas.

A abordagem dos viajantes em seus escritos sobre questões relacionadas aos aspectos naturais e sociais dos locais nos quais estavam presentes demonstra o cunho exploratório existente nas literaturas de viagem. Isso muito em função do caráter das viagens, já que o viajante “deslocava, principalmente, por necessidade, em função de atividades de Estado, comerciais ou de crenças religiosas”²⁰

Ainda segundo a análise de Fernando Cristóvão sobre as literaturas de viagem, o autor aponta para um elemento importante existente nos escritos produzidos pelos viajantes, qual seja, a junção de campos de diferentes áreas de conhecimento na produção dos seus escritos. Assim, o viajante/explorador tinha por obrigação “contratual” narrar em seus escritos o que encontrara de novo durante suas viagens exploratórias, sendo ele o responsável pela representação destes n ovos espaços e povos com os quais se deparasse, cumprindo assim a função de historiador, antropólogo, geógrafo, botânico e, por necessidade, às vezes um literato.

Essa gama de conhecimentos e variedades descritivas apresentadas nas literaturas de viagem do século XIX aponta para outro aspecto importante com relação aos personagens que estiveram nos sertões neste período. Apesar das viagens filosóficas serem compostas em sua essência por homens letrados formados em Coimbra, a análise do conjunto documental produzida sobre sertão o mostra que não foram somente os letrados que relataram sobre o interior. Existe a presença marcante de clérigos e militares, que, em conformidade com os planos da Coroa portuguesa, puseram-se a serviço da metrópole para desenvolverem atividades nos sertões.

Exemplificando bem tal fato, o historiador Thiago Bonato ressalta a figura do padre Joaquim José Pereira, também conhecido como o Vigário de Valença, como uma das

¹⁹ CRISTÓVÃO, Fernando. *Viagens no interior do Brasil fatores de desenvolvimento*. Lisboa: CLEPUL, 2014, p.10.

²⁰ ROMANO, Luís Antônio Contatori. *Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea*. Londrina: Estação Literária, 2013. v. 10. p. 34.

figuras mais proeminentes dentre os viajantes que percorreram o sertão nordestino no século XVIII e XIX. Pereira percorreu o interior do Piauí e do Maranhão, além de estado do Ceará, tendo ao todo permanecido por mais de uma década nesses sertões.²¹

No que diz respeito aos militares que percorreram e descreveram o sertão, em sua tese o historiador Alan Kardec Pachêco cita pelo menos três que tiveram grande relevância para a construção da historiografia sobre o sertão do Maranhão (espaço esse que posteriormente será tema de análise neste trabalho), isso por conta da rica fonte documental deixada por esses personagens no período em que estiveram no sertão maranhense. São eles Sebastião Gomes da Silva Berford, João Pereira Caldas²² e Francisco de Paula Ribeiro.

Dentre os três militares citados acima, é imperioso destacar a figura de Francisco de Paula Ribeiro, cujas memórias são o objeto deste trabalho. Grosso modo, Paula Ribeiro foi um militar português que esteve por mais de vinte anos na Capitania do Maranhão, considerável parte deles, destinado quase sempre a cumprir missões militares no sertão desta capitania.

Ao longo deste período Paula Ribeiro produziu relatos de valor ímpar para os estudos sobre o sertão dos Pastos Bons. Isso porque, as três memórias e o mapa produzidos pelo militar, abordam de maneira abrangente diversas questões sobre esse espaço, como a geografia física e humana, as naturezas existentes nos sertões e, principalmente, a hidrografia desta porção do Maranhão.

1.2. Os rios como o caminho para a exploração do sertão

As primeiras expedições que rumaram aos sertões se deparavam com inúmeras dificuldades de acesso a essas áreas interioranas da América portuguesa. Principalmente pelo pouco conhecimento que possuíam sobre os sertões, a precariedade dos caminhos existentes à época que ligavam o litoral ao sertão foram fatores que dificultaram o estabelecimento desses homens pelas áreas dos sertões.

Sergio Buarque de Holanda, em sua obra intitulada “*Monções*”, descreveu a qualidade das estradas encontradas pelos Bandeirantes paulistas ao buscarem os sertões do centro-oeste. Holanda refere-se a essas estradas como “rudes vias de comunicação” e destaca

²¹ BONATO, op. cit., p.10

²² Sebastião Belford e João Pereira Caldas são autores de valiosos relatos sobre o sertão maranhense, sendo eles respectivamente: “Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro” e “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”

que era necessária uma grande resistência física por parte dos sertanistas que se propunham a deslocarem-se por essas “veredas estreitas e rudimentares”²³

Os caminhos utilizados por esses colonizadores para ter acesso aos sertões nesse processo de interiorização, em sua grande maioria, eram trilhas indígenas, que posteriormente viraram alvo de ataques destes mesmos colonos, que buscaram aprisioná-los a fim de se utilizarem da força de trabalho destes como mão de obra escravizada. Nesse sentido, a participação dos indígenas no processo das expedições que buscavam os sertões foi muito além da mera utilização por parte desses colonos dos caminhos construídos pelos nativos. Em verdade, os povos indígenas, em razão de seu grande conhecimento sobre estes caminhos densos e tortuosos que levavam ao sertão, foram sempre utilizados nessas expedições.

A historiadora Ana Isabel Parente Cortez alude a esta presença de indígenas nas expedições ao interior situando o contexto de ocupação dos sertões do Ceará. Segundo ela, “todos os representantes da Coroa que adentraram o Ceará tinham, junto de si, um grupo de nativos ‘amigos’ que guiavam as expedições”.²⁴

Frente ao cenário de dificuldades de acesso ao interior via estradas de terras, as grandes porções de rios que cortam os sertões brasileiros passaram a ser vistos como uma alternativa viável para que fosse possível o deslocamento para essas áreas. Antes, porém, os rios eram tidos por esses exploradores como espécies de “fronteiras” para suas empreitadas, haja vista a sua inabilidade para romper alguns obstáculos que esses rios apresentavam. É sabido a dificuldade que os portugueses tinham em navegar em rios, por não conhecerem o tipo de embarcação apropriada para tal empresa.

Todavia, na medida em que os rios passaram a figurar como elementos cada vez mais frequentes nos cenários destes sertanistas, estes, tiveram que buscar formas de utilizá-los a seu favor, os rios passaram a ser vistos como aliados. Recorrendo novamente as palavras de Sergio Buarque de Holanda,

Assim, diante dos rios maiores, rios de canoa, como se chamavam, era forçoso interromper a marcha a pé. E também não faltavam ocasiões em os rios, deixando de significar um estorvo para o caminhante, se tornavam, eles próprios, em caminhos- os “caminhos que andam”. Embora não constituíssem, ao menos de início, a via mais habitual de penetração do continente, desempenharam, ao cabo, um papel que não foi simplesmente de acessório.²⁵

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. In: SOUZA, Laura de Mello e; CERQUEIRA, André Sekkel (org.) *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 19.

²⁴ CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História*. v. 2, n. 8, p.151, 2013.

²⁵ HOLANDA, op. cit., p. 20.

O próprio comércio, abordado na obra *Monções*, de Holanda, traduz muito bem a importância que essa navegação pelos rios do sertão assumiu nesse contexto de expansão para o interior. Isso porque, as *Monções* tratavam de “jornadas fluviais”, empreendidas pelos sertanistas paulistas que buscavam os sertões do centro-oeste, mais especificamente Cuiabá e outras regiões de Mato Grosso, em busca de escravos e artigos como sal e azeite.²⁶

A navegação desenvolvida nestas monções nos dá base para entender outro aspecto bastante importante que fez com que os colonos rompessem as dificuldades de navegar pelos rios do sertão: a utilização dos conhecimentos indígenas. Para além da já mencionada utilização dos caminhos desenvolvidos por estes povos, os sertanistas também se utilizaram das técnicas de fabricação de embarcações desenvolvidas pelos nativos, principalmente no que diz respeito às canoas produzidas a base de cascas das árvores, tendo estes podido assim vencer os rios encachoeirados que marcam a hidrografia do sertão

A utilização dos rios como meio para alcançar as regiões do interior definitivamente não esteve restrita ao contexto dos paulistas em suas viagens ao sertão de Cuiabá. Nos demais espaços em que houve expedições, desenvolvidas pelos viajantes/exploradores, os rios serviram como verdadeiras “estradas fluviais”, especialmente na ausência de caminhos terrestres bem elaborados, virando rotas alternativas ou, em alguns casos, figurando como os únicos caminhos possíveis para que esses viajantes pudessem chegar ao interior.

Isso fica consolidado na fala de Caio Prado Junior ao tratar os processos de povoação dos sertões “de dentro” da Amazônia. Caio Prado afirma que os rios se configuram como os únicos caminhos para que se pudesse adentrar a esse local, além de se constituírem como a principal via de transporte e comunicação existente nestes sertões.²⁷

Na centúria seguinte, ou seja, no século XIX, o processo de povoação de parte dos sertões mineiros, conhecidos como sertão do Rio Doce, também pode ser citado como exemplo que materializa a importância dos rios como via de locomoção. Nesse caso, destaca-se a importância que possuiu o Rio Doce no processo de ocupação por parte da Coroa portuguesa quando em expedição a esta área do interior das Minas Gerais, que a época era notadamente marcada por possuir fontes de riquezas naturais a serem exploradas. A navegação fluvial neste caso se fez importante pois notou-se que “[...] o rio doce dava acesso a todo o complexo minerador que havia se formado no interior do Brasil”.²⁸

²⁶ KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 17, n. 2, p.12, 2009.

²⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 5.

²⁸ ESPINOLA, Haruf Selmen. *Sertão do rio Doce*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.73.

1.3. A importância dos rios na exploração do sertão dos Pastos Bons

O contexto de descoberta e ocupação do sertão do Maranhão também não foge à regra dos demais supracitados. O sertão das terras maranhenses, por contar com uma abundante rede fluvial, possibilitou que os viajantes que percorriam essa região pudessem utilizar das navegações para desenvolver seus empreendimentos comerciais ou missões oficiais sob ordem da Coroa portuguesa principalmente no que tange a exploração desta área.

Nesse sentido buscaremos nos ater neste capítulo do presente trabalho a tratar de maneira mais aprofundada às questões relacionadas a essa quantidade de rios existentes no sertão dos Pastos Bons, e também de sua importância para a “descoberta” dessas áreas que por muito estiveram “ocultas” aos olhos dos representantes do governo português no Maranhão.

O sertão maranhense, foi consagrado na historiografia local como o sertão dos Pastos Bons, foi geograficamente situado por Francisco de Paula Ribeiro, um dos grandes “descobridores” desta porção do estado do Maranhão, desta forma

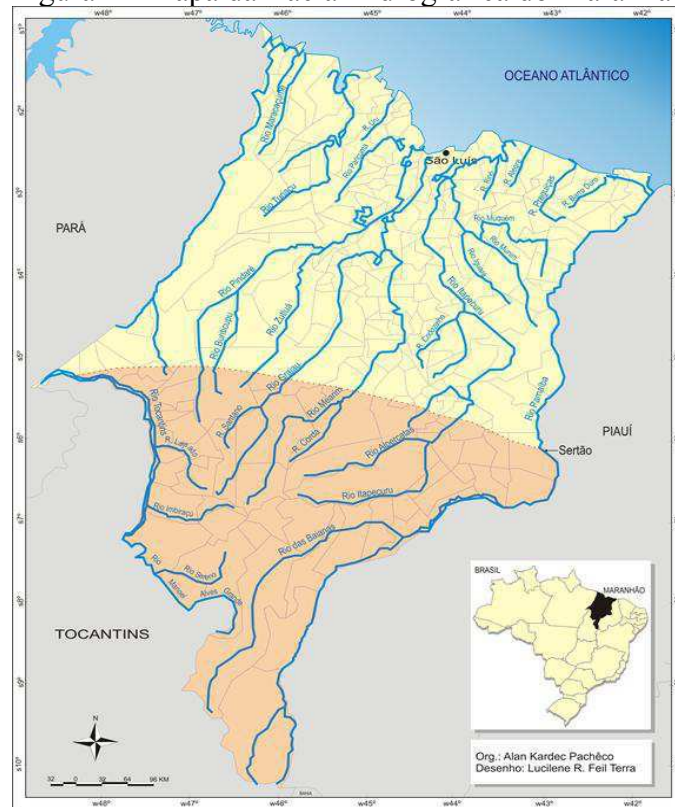
Chama-se de distrito ou freguesia de Pastos Bons todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, cortando da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à barra do riacho Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manuel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceira dos ditos Parnaíba e Manuel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania deste nome por parte das margens daquele rio, assim como se se limita com a Capitania de Goiás pelas margens e por uma parte também das do Turi até defronte da foz do rio Araguaia”.²⁹

Neste breve trecho, o militar e explorador descreveu detalhadamente os limites da área do sertão do Maranhão e ainda ressaltou com riqueza de detalhes os riachos, rios e serras que compõem as fronteiras deste distrito. Paula Riberio nos informa qual região do sertão dos Pastos Bons está situada na parte centro-sul do Maranhão, sendo suas áreas limítrofes definidas a oeste pelas margens do rio Parnaíba, onde faz fronteira como o estado do Piauí e a leste seu território avança até as bordas dos rios Tocantins e Manuel Alves Grande, fazendo divisa com o atual estado do Tocantins, estado esse que no período oitocentista pertencia a capitania de Goiás, por isso é assim referido por Paula Ribeiro.

O mapa abaixo demarca toda a região do sertão maranhense descrita por Paula Ribeiro.

²⁹ RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira de Carvalho. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões dos Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007, p. 146.

Figura 1 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Maranhão



FONTE: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: EdUEMA, 2016. p. 51.

No princípio da “ocupação com fins de colonização”³⁰ das terras condizentes a capitania do Maranhão, os conquistadores, inicialmente franceses e mesmo os portugueses depois, pouca importância deram à região que futuramente seria denominada de Sertão dos Pastos Bons. Isso porque, em quase sua totalidade, esses conquistadores que chegaram ao Maranhão pela costa, concentraram-se na zona litorânea, especialmente na futura capital São Luís, local onde as principais atividades econômicas estavam centralizadas.

Mesmo durante as décadas posteriores, nas quais a ocupação da área litorânea do Maranhão já havia se “espalhado”, poucas foram as viagens que tinham como destino o sertão maranhense. Tal fato fica explicitado na fala de Carlota de Carvalho, ao afirmar que os moradores da capital faziam “tímidas entradas nos rios Gurupi, Mearim, Pindaré e Itapecuru, subindo por este até tabas que formaram tituladas Aldeias Altas, junto às quais edificaram uma vila, Caxias, agora cidade”³¹. Sendo Caxias a porta de entrada para os sertões do Maranhão.

³⁰ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 46.

³¹ CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*. 3. ed. Teresina: Edufpi, 2011. p. 96.

O processo de conquista e ocupação do território dos Pastos Bons só teve início no começo do século XVIII, decorrendo de duas frentes migratórias lideradas por fazendeiros oriundos das capitanias de Pernambuco e principalmente da região do Recôncavo baiano. O deslocamento desses dois grupos ao sertão maranhenses foi motivada pela necessidade desses fazendeiros de expandirem a criação de seus gados, levando-os para novas áreas de pastagem, isso porque a pecuária extensiva que desenvolviam em suas respectivas capitanias passou a conflitar com os interesses dos produtores de cana-de-açúcar da região.

Maria do Socorro Cabral, afirma

A dispersão inicial partiu da Bahia, alcançando o rio São Francisco e tomando duas direções. Uma, subindo o rio, teve mais tarde papel importante no abastecimento do mercado das minas. Outra, dirigindo-se para o Norte, ocupou o interior do Piauí e Ceará, atingindo no início do século XVIII, a campinas sul-maranhense³².

Esses fazendeiros a princípio estabeleceram-se as margens do rio Parnaíba, na área pertencente a capitania do Piauí. Os índios “barbados” que habitavam o lado maranhense do rio impossibilitavam a travessia do Parnaíba. Esse conflito foi resolvido muito tempo depois, só assim, foi possível aos referidos fazendeiros adentrar ao território dos Pastos Bons.

A exploração desses sertões maranhenses muito foi facilitada pelos rios existentes nesta porção do estado. O mapa da página anterior nos dá dimensão de maneira detalhada da riqueza hidrográfica existente na região do sertão do Maranhão. Nota-se que considerável área do sul maranhense é banhada em boa parte pelos principais rios do estado.

Sobre a hidrografia do sertão dos Pastos Bons, Francisco de Paula Ribeiro em seu Roteiro de Viagem, aponta para essa abundância de águas existentes nesse sertão. Ao tratar sobre os rios que cortam o mesmo, o militar descreve alguns dos rios que se podem encontrar nesta capitania: Munim, Itapecuru, Mearim e o Pindaré alcançam a região do sertão, principalmente a porção norte do seu território. E além desses, Paula Ribeiro também cita os rios Balsas, Balsinhas, Alpercatas, Neves, Macapá, Canela, Grajaú e Farinha, não só abrangem o território dos Pastos Bons como são genuinamente nascidos nos sertões.³³

Ao abordar o processo de exploração dos rios por parte dos colonos portugueses, Pachêco Filho define que navegação por eles desenvolvida pode ser dividida em duas etapas. Na primeira, os colonizadores buscavam o reconhecimento dos rios e para isso se valiam das técnicas de navegação indígena principalmente no que se refere ao uso de embarcações desenvolvidas pelos nativos; para além disso, os indígenas estão sempre presentes nas

³² CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luís: EdUFMA, 2008. p. 101-102.

³³ RIBEIRO, op. cit., p. 75.

embarcações conduzindo os colonos pelos rios. Na segunda etapa, os indígenas deixam de ser os condutores dos barcos e os próprios colonos assumem essa tarefa.³⁴

Esse vasto conjunto de rios que banha o estado do Maranhão, mencionado por Paula Ribeiro, teve papel de preponderância no processo de interiorização dos domínios sobre o sertão dos Pastos Bons, pois essa vasta rede hidrográfica assumiu dupla função neste processo: utilizada como caminhos para circulação de pessoas e produtos por esses sertões, e, suas margens servindo como ponto para a fixação dos colonos que ali estabeleceram as primeiras povoações europeias do sertão do Maranhão.

A respeito da utilização dos rios como meio para o desenvolvimento de atividades comerciais, aponta-se aqui para a importância do rio Parnaíba para o transporte do gado produzido nos Pastos Bons. A priori, os gados criados nas fazendas estabelecidas na região eram transportados a pé para as demais capitânicas onde seriam negociados. Porém, com o início da navegação pelo rio Parnaíba o transporte do gado passou a ser realizado através das vias fluviais, evitando assim que percorressem as extensas rotas terrestres que faziam com que os bovinos perdessem valor de mercado devido à perda de peso durante o percurso.

Concernente ao que foi dito, Paula Ribeiro assinala a importância do rio Paranaíba como via de interligação dos sertões dos Pastos Bons com outras capitânicas durante o século XIX. O militar afirma ser notável a frequência de passageiros “que se deslocam pelas áreas do rio Parnaíba, e que esta configura-se local de passagem para todas as minas do Brasil, para o Piauí, Bahia, Pernambuco, São Paulo e para todo o mais continente a leste e sul”.³⁵

Em outro momento, Paula Ribeiro volta a mencionar a importância deste rio para o deslocamento dentro da própria capitania do Maranhão. Segundo Paula Ribeiro, o rio Parnaíba por banhar toda a costa oriental maranhense, a navegação dos Pastos Bons passa diretamente por suas águas, por onde seus habitantes “exportam carnes secas, couramas, solas e algodões para a vila de São João de Parnaíba, barra do Poti e vila de Caxias”³⁶.

Assim com a dinâmica comercial criada pela circulação do gado pelos criadores do sul do Maranhão, também foi facilitada pelo transporte fluvial. Esses comerciantes da pecuária também contribuíram para que novas rotas de navegação fossem exploradas a partir do uso dos rios, que antes, muito pouco eram usados para esse tipo de comércio. Anteriormente, o principal trajeto que ligava a capitania do Maranhão as demais partes estava

³⁴ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 161.

³⁵ RIBEIRO, op. cit., p.161.

³⁶ Ibid., p. 86.

resumido a passagem pela área de Caxias, por esse fato a região foi marcada pela prosperidade econômica, já que grande parte dos fluxos comerciais passavam por esta vila.

Nesse sentido, destaca-se a importância do rio Tocantins para o comércio do sertão, principalmente a partir da primeira metade do século XIX. Antes deste período a navegação por esta rota era pouco conhecida dos sertanejos maranhenses. Ainda no final do século XVIII, provém uma ordem régia destinada ao governador Fernando Antônio de Noronha (1792-1798) solicitando que fosse explorado o rio Tocantins pelo lado da Capitania do Maranhão, mas esta, nunca fora executada.

Segundo escreve Pachêco Filho, o rio Tocantins só foi conhecido dos colonos maranhenses no início do século seguinte, através de Elias Ferreira, fazendeiro que possuía propriedade estabelecida a margem do rio Manuel Alves Grande, que por intermédio do relato de um indígena, soube da existência do referido rio.³⁷

Porém ainda que tivesse sido “descoberto”, as dificuldades de navegação encontradas por aqueles que empreendiam viagem por essa rota, os afastava do Tocantins. Ao tratar sobre tais transtornos, Paula Ribeiro diz que por possuir extrema fundura em suas partes limpas, o rio impede que os barcos de vareiros possam se deslocar nessas regiões, e as viagens de bote que revertiam em “[...] pequena importância dos lucros carga não contrabalança o trabalho e despesa da viagem.”³⁸

Porém, como já foi dito, em meados do período oitocentista, a navegação por este rio passou a ser enfrentada pelos barqueiros da região, assim como, houve a edificação do povoado de São Pedro de Alcântara (hoje cidade de Carolina) e Porto Franco, que fizeram dessas povoações locais de passagem para àqueles que viajavam pelo rio Tocantins. Além disso, tornou-se mais frequente a utilização desta rota e assim foi facilitado o deslocamento e as trocas comerciais entre os Pastos Bons e a capitania do Pará, sendo este um dos fatores preponderantes para que as margens do rio Tocantins ainda pouco ocupadas pelo lado maranhense, fossem povoadas por comerciantes que se estabeleceram na região, desenvolvendo a venda de artigos, principalmente o sal, muito utilizado na criação dos gados³⁹.

O rio Grajaú foi igualmente importante para se entender as contribuições destas navegações fluviais para a interligação do sertão com demais áreas da capitania. A rota fixada através deste rio permitia que os moradores do sertão maranhense fizessem contato direto com

³⁷ PACHÊCO FILHO, op. cit., p.7.

³⁸ RIBEIRO, op. cit., p. 93.

³⁹VELHO, OG. *Frente de expansão e estrutura agrária*: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p.137.

a capital São Luís, sem ter que tomar o caminho por terra que leva inicialmente a então vila de Caxias para posteriormente, através de canoas, se chegar a São Luís.

Segundo a narrativa de Paula Ribeiro, a “descoberta” da navegação pelo rio Grajaú deve ser atribuída a Antônio Francisco dos Reis, que teria sido o primeiro percorrer o Grajaú no ano de 1811⁴⁰. Porém, Pachêco Filho discorda da tese de que Francisco Reis seria o precursor das navegações dito rio, haja vista que os franceses que estiveram em terras maranhenses nas primeiras décadas do século XVII já faziam menção ao Grajaú.⁴¹

Foi a partir da navegação feita por Francisco Reis que se estabelecem as primeiras povoações a margem do rio Grajaú, de onde se formaram pequenas vendas, que através do rio instituíram trocas comerciais com a capital, principalmente de artigos como o sal, malva, algodão, peles de animais silvestres, arroz, óleo de copaíba e a carne.

Para além disso, o rio Grajaú também foi utilizado como caminho para escoamento da produção de outras capitanias vizinhas como Goiás e Pará. Isso porque como a possibilidade de navegação era praticamente direta até o porto de São Luís, os comerciantes das localidades citadas buscavam o rio Grajaú para enviar seus produtos para outros países⁴²

Outro rio, o Itapecuru, configura-se como um rio de suma importância para a interligação do sertão dos Pastos Bons com o litoral. Isso porque foi através do das águas do Itapecuru que os colonos que ocupavam as áreas litorâneas adentravam inicialmente a região do sul maranhense, se deslocando até Aldeias Altas (atual Caxias). A região do vale do Itapecuru ficou marcada principalmente pelo desenvolvimento das plantações de arroz e algodão que eram as principais bases da economia maranhense no período colonial.

Paula Ribeiro, ao tratar da importância desse rio, e o quão poderia ser mais ainda explorado pela Coroa portuguesa, diz que “É celebre este rio dentre todos do Brasil pela propriedade as suas vertentes têm para as interessantes lavouras de algodão e seus matos [...]”.⁴³ O militar segue dizendo que até o momento apenas um terço da sua área havia sido ocupada, e se porventura o rio fosse explorado em toda sua extensão traria, grandes riquezas à capitania.

Neste primeiro capítulo demonstra-se a relevância que tiveram os rios para os sertões maranhenses, haja vista que através deles foi facilitado os deslocamentos tanto pelo interior do sertão dos Pastos Bons, como ligação desta área a zona litorânea do estado e também a outras regiões do território brasileiro.

⁴⁰ RIBEIRO, op. cit., 167.

⁴¹ PACHÊCO FILHO, op. cit., 137.

⁴² Ibid., p.159.

⁴³ RIBEIRO, op. cit., p. 81.

2. AS DISCUSSÕES SOBRE O SERTÃO NO ÂMBITO NACIONAL

O sertão, sempre esteve entre os temas abordados pelos intelectuais brasileiros, e sua relevância se materializa nas recorrentes produções nas mais diversas áreas de conhecimento humano, em algumas, se tornou eixo principal em discussão, destacando-se principalmente nos campos das Ciências Sociais e Ciências Humanas.

Através de autores como Graciliano Ramos, Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e João Cabral de Mello Neto, além de tantos outros, o sertão se coloca enquanto espaço que ao longo dos tempos foi cristalizado no imaginário popular, tendo o mesmo acontecido com o homem sertanejo.

Porém, antes mesmo dos referidos autores produzirem obras icônicas sobre o tema, o sertão já era espaço comentado e debatido entre os escritores, viajantes e exploradores que se propunham a representar o Brasil. Haja visto a menção feita por Pero Vaz de Caminha em sua carta à Corte portuguesa em sua chegada à América. Caminha, ao mencionar o termo sertão, diz que “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; a porque estender olhos, não podíamos ver senão terra e árvore.”⁴⁴

Nos séculos posteriores, o sertão brasileiro foi percorrido por uma série de viajantes, que, como mencionamos no primeiro capítulo, deixaram densos relatos sobre este espaço, e que também foram cruciais para construção da sua imagem. Um exemplo claro sobre tal situação está no relato dos viajantes Spix e Martius, que contribuíram em grande medida para a construção de uma imagem negativa das terras localizadas no interior. Ao se referirem ao sertão, os naturalistas, descrevem o espaço como “mal afamado território, habitado pelo pior tipo de gente, sem escrúpulos e selvagem”⁴⁵.

Frente aos autores supracitados, denota-se as múltiplas formas que o sertão tem sido abordado, seja em maior ou em menor escala. Concernente a isso, Janaína Amado afirma que: “talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira”⁴⁶.

Nesse sentido, como apontado por Amado, o sertão brasileiro traduz não só uma categoria singular que referencia um espaço geográfico, mas também trata diretamente sobre a identidade nacional, uma vez que o sertão como espaço de representações socioculturais é uma chave explicativa crucial para se entender o processo de formação da “brasilidade”.

2.1. Os debates sobre o sertão na construção da identidade nacional

Durante o Império, nota-se a tentativa da intelectualidade brasileira na formação de uma identidade nacional por parte das classes dominantes. Esse processo tem como um de seus marcos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A partir da concepção do IHGB (que publicou as três memórias escritas por Francisco de Paula Ribeiro) pretendeu-se

⁴⁴ CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta*. Belém: Universidade da Amazônia- NEAD. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-de-literatura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

⁴⁵ SPIX; MARTIUS, 1981 apud OLIVEIRA, Ricardo. Ficção, ciência e história e a invenção da brasilidade sertaneja. *Revista Ipotesi*, Juiz de Fora, n.4, p. 38, 2000.

⁴⁶ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p.147, 1995.

construir um passado histórico comum que levasse a população a um sentimento de pertencimento e assim, a união do território nacional.

Porém, com o final do século XIX, o projeto de nação começa a ser forjado de maneira mais acentuada, principalmente após a proclamação da República. Esse processo é marcado por um debate entre as elites da época que visavam a construção de um “Brasil verdadeiro”, que buscasse raízes próprias para consolidar o que vinha sendo gestado.

Num primeiro momento, a construção da identidade nacional passou necessariamente pela figura do indígena. Assim, a imagem dos povos nativos passou a ser utilizada como referencial na busca das origens da nação, principalmente pelos intelectuais do Romantismo, que viam os indígenas como representantes da pureza e das raízes autenticamente nacionais. De tal modo, houve uma produção expressiva de obras que tinham como temática o indianismo, sendo o Estado o principal patrocinador dessas produções.

Aos poucos, contudo, a figura do indígena foi perdendo força dentro deste projeto de formação da nação. Com isso, já no final do século XIX e início do XX, o sertão brasileiro passou a ser visto como o espaço que conserva as características do Brasil tradicional, e, nesse contexto, o sertanejo passou a ganhar espaço dentro dessa retórica. Sobre isso, Sodré (1964) afirma que “Verificaram logo que o índio não tem todas as credenciais necessárias à expressão do que é nacional. Transferem ao sertanejo, ao homem do interior, aquele que trabalha na terra, o dom de exprimir o Brasil.”⁴⁷.

A construção dos discursos sobre um Brasil no interior, após a inserção do sertão no centro das discussões que visavam estabelecer uma identidade nacional, originam novas concepções formadas pelos intelectuais locais sobre uma grande divisão do território nacional. Isto porque, depara-se com duas partes distintas, dois lados completamente opostos, sertão e litoral. Dessa forma, essas duas categorias representavam não só uma divisão em termos territoriais, mas também diziam respeito a dois Brasis que eram tidos como completamente distintos em termos sociais e culturais.

O cerne da questão em torno do debate sobre a existência de dois Brasis, está na noção de tradição e modernidade⁴⁸ que a bipartição sertão e litoral representa. As concepções acerca do sertão brasileiro, em sua maior parte, foram edificadas através de intelectuais que viam os espaços do interior com o “outro”. Isso porque as suas noções sobre sertão, em grande medida, foram construídas por intermédio das suas vivências obtidas enquanto

⁴⁷SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Seus fundamentos econômicos. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 323.

⁴⁸LIMA, Nísia Trindade. Intelectuais e Interpretações do Brasil. In: *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/ IUPERJ, 1999. p. 22.

habitantes do litoral, projetando assim no sertão a imagem de espaço a ser “descoberto”. De tal modo, como nos diz Candice Vidal, “Para se dizer sobre o sertão ou sobre sertões, o narrador recorre à comparação e à diferenciação com lugares e modos de viver que se vê como não sertão”.⁴⁹

Os diversos intelectuais que tinham como objetivo falar sobre o sertão, pautaram suas explicações à luz de um antagonismo latente construído entre essas duas faces do Brasil. De um lado concebeu-se a ideia de um litoral como a representação do que a havia de moderno dentro do território nacional, principalmente devido as influências europeias que as áreas da costa receberam e buscaram reproduzir. De outro lado, ao sertão ficou relegada a imagem do espaço refratário à modernidade, região de um povo marcado por características rústicas e que conservavam a “originalidade” e as tradições de um Brasil.

Pautado nessa dualidade entre tradição e modernidade, cria-se uma visão dicotômica na forma como são concebidas essas duas áreas dentro do debate de formação da nacionalidade. Tal fato se torna explícito a partir dos discursos que concebem o litoral como espaço que personifica o urbano e “civilizado”, enquanto ao sertão caberia a atribuição de bárbaro e selvagem. Porém, doutra senda, dentro desta dicotomia citada, o sertão também foi visto por alguns autores como a tradução da pureza e simplicidade que se pretendia projetar a nação, em oposição à vida corrompida e degradada dos habitantes do litoral.

As primeiras décadas do século XX também foram marcadas por debates sobre a construção nacional em termos geográficos. Nesse sentido, o sertão também ganha espaço de extrema relevância principalmente no que diz respeito aos projetos de modernização e interiorização do país, amplamente debatido pelos autores do período.

Nesta senda, como destaca Souza⁵⁰, autores como Cassiano Ricardo (1940) com a obra “A marcha para o Oeste”, Oliveira Viana (1920) em “Populações meridionais do Brasil” e Nelson Werneck Sodré (1940) com “Oeste” compõem os principais expoentes na construção do referido discurso.

Nas décadas posteriores aos primeiros anos da instauração da República no Brasil, foi tema recorrente entre as elites e os intelectuais locais apontar para as falhas que os primeiros governos republicanos cometeram nas tentativas de modernização do território brasileiro. De tal modo, crescia entre os grupos dominantes da época um exercício: identificar

⁴⁹ SOUZA, Candice Vidal e. O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, 2010, p. 108.

⁵⁰ SOUZA, Candice Vidal e. A pátria geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade. In: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.) *Sentido de Sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

quais haviam sido os equívocos cometidos pelos seus antecessores e buscar solucioná-los, dentro de uma perspectiva de busca pelo desenvolvimento nacional.

Sendo assim, na visão dos autores que surgiam, sobretudo a partir de 1920, a resolução dos problemas ainda perdurava no período pós-proclamação da República, e estaria diretamente ligadas a “conhecer o passado para compreender a realidade nacional e as raízes dos seus problemas”.⁵¹ Por tal razão, a busca por entender a realidade nacional passava diretamente pela produção de um conhecimento mais apurado sobre a região do sertão brasileiro, espaço ainda tido como isolado dos projetos nacionais.

No âmbito dessas produções, destacam-se principalmente autores oriundos de São Paulo, que também buscaram a construção de um sentimento nacional, passando diretamente pela recuperação da narrativa sobre conquista do espaço do interior empreendida pelos Bandeirantes.

De tal forma, para estes autores a “conquista” do sertão pelos movimentos das bandeiras paulistas foi crucial para a formação tanto do território nacional em termos geográficos, como também na construção de uma identidade nacional.

Nesse sentido, nota-se um duplo esforço existente nesta análise, já que ao mesmo tempo em que buscam remontar as origens brasileiras, empreende-se clara tentativa de ascendência da história paulista. Ao tratar sobre este tema, a socióloga Lucia Lippe elucida sobre a retomada da figura do bandeirante no discurso das elites paulistas e sua relevância no imaginário da época. A autora nos diz que “A imagem do bandeirante foi retomada por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. A visão do homem destemido, da raça privilegiada que trouxe o progresso e anexou ao Brasil regiões distantes, e retomada na luta”⁵²

A ocupação geográfica do território nacional se coloca para esses autores como um dos grandes elementos formadores da identidade brasileira. E isto porque, segundo a perspectiva destes estudiosos, a ocupação dos espaços do interior deu início a um processo de unificação do território antes ainda pouco explorado. Candice Vidal, ao tratar sobre o tema em sua obra “A Pátria Geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade”, afirma que,

[...] nesses movimentos geográficos, constituiu-se a singularidade brasileira. Seríamos únicos por sermos um povo que se sentiu nação desde os primeiros movimentos de deslocamento pelo espaço do interior e que continuaria a se perpetuar através da iniciativa de ir buscar o Brasil dentro do seus limites internos⁵³

⁵¹ABREU, Luciano Aronne de. *A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político*. São Paulo: PUCSP, 2010. p.1.

⁵²OLIVEIRA, Lucia Lippe. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, 1ed, Rio de Janeiro, Editora MAUD, 2015. p.19.

⁵³SOUZA, Candice Vidal e. A Pátria Geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade. In: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). *Sentido de Sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p. 212.

Nesse sentido, os já citados Cassiano Ricardo e Oliveira Viana, são as principais representantes deste discurso que põe em destaque as dinâmicas constantes de viagens e exploração dos sertões, diretamente atreladas ao olhar para dentro e autoconhecimento enquanto nação que regiões do interior proporcionam.

Ao mesmo tempo em que tratam sobre a consolidação do território brasileiro a partir das conquistas dos Bandeirantes, os referidos autores também reforçam as noções de divisão do território nacional entre sertão e litoral. Ratificando a já mencionada dualidade existente dentro do território, que Vidal descreve como uma divisão entre o um espaço já pertencente ao território da nação, no caso do litoral, e como o Brasil a ser, referindo-se ao sertão. Dessa forma, aponta-se para um projeto nacional de incorporação do sertão, no que tange o fomento de uma maior proximidade entre essas áreas do interior com as regiões litorâneas.

Porém, no seio do discurso de aproximação entre estes dois extremos, havia uma ambiguidade clara que crescia junto com seus incentivadores. Isso porque, dentro da noção de tradição e modernidade, aqui já expostas, tem-se que estes dois campos apontam para uma contradição nas tentativas de “civilizar o interior e a de preservar os valores nacionais”.⁵⁴ Entendia-se que o sertão expressava tais valores, já que, em grande medida, as zonas urbanas litorâneas começam a ganhar conotações de meros reprodutores de modelos europeus, sem raízes autênticas nacionais.

Ainda assim, seguem os processos que visavam promover maior aproximação entre o sertão e os dos aspectos urbanos contidos no litoral, mas dentro de uma retórica que vise a elevação dos aspectos positivos criados por um discurso romântico sobre o espaço e sua gente. Agora, porém, cria-se um discurso de “domesticação do sertanejo”⁵⁵.

2.2. O sertão como fronteira interna

Os projetos de interiorização, suscitados ao longo do texto, se colocam de forma recorrente entre os intelectuais locais, muito em função da posição que a categoria sertão assume dentro da conjuntura dos discursos nacionais, principalmente no que se refere a atribuição do sertão como espaço de fronteira interna no território brasileiro.

⁵⁴EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. Sertão, formação do território e incursões ao interior no pensamento verde-amarelo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo, 2011. p. 4.

⁵⁵PIMENTEL, Sidney Valadares. *O chão é o limite: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão*. Goiânia: UFG, 1997. p.17

Nesse sentido, cabe aqui uma breve explanação sobre as ideias que permeiam o conceito de fronteira de forma geral, para que se possa, posteriormente, tratar acerca de como este conceito foi construído em consonância aos debates sobre sertão entre os intelectuais brasileiros.

A noção de fronteira pode assumir uma gama de acepções dentro dos mais variados discursos e de acordo com o contexto histórico no qual está inserido. Segundo Albuquerque, as ideias formuladas sobre Fronteiras podem ser referidas tanto “como delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos”⁵⁶.

De tal modo, como nos diz Albuquerque, as fronteiras estão para além das demarcações de linhas em um mapa. Elas podem assumir tanto um caráter de zonas de delimitação territorial, sendo um espaço que visa separar e consolidar os limites postos entre duas nações, ou até mesmo podem ser caracterizadas como espaço de expansão dos territórios nacionais, em que se trate de fronteiras móveis.

Ainda na mesma análise, o termo também se adequa às questões de âmbito social. Em tal caso, o conceito de fronteira está inserido no que diz respeito tanto à formação de uma unidade, em termos identitários, ou em relação a trocas entre povos, possuindo forma de zonas de contato.

Na perspectiva do geógrafo alemão Frenderich Ratzel as definições de fronteiras seriam dadas em três tipos, sendo elas divididas por aspectos políticos, naturais e artificiais. Para além disso, possuiriam uma série de subdivisões entre si, mas que de maneira geral se referem a fronteiras que visam estabelecer os domínios dos Estados Nacionais, no caso, das fronteiras políticas. Um segundo caso, trata-se de divisões ocasionadas por aspectos ligados ao relevo ou a hidrografia, no caso das fronteiras naturais, assim como também o estabelecimento de fronteiras através de tratos diplomáticos⁵⁷.

No que tange a construção das fronteiras brasileiras, nota-se que, desde os primórdios do período de colonização, a coroa portuguesa já demonstrava interesse em estabelecer tais limites, sendo que, *a priori*, suas delimitações se deram principalmente a partir de aspectos naturais.

⁵⁶ALBUQUERQUE, Jose Lindomar. As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Análise Social*, v. 195, p. 329, 2010.

⁵⁷RATZEL, Frenderich, 1987 apud SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Paraná: Urbe, 2017. p. 4.

Entendia-se que a consolidação de um Estado Nação passava diretamente pelo estabelecimento de um espaço territorial bem definido. Sendo assim, a demarcação de fronteiras como forma de se estabelecer os limites territoriais frente aos agentes externos colocava-se como um dos aspectos de maior importância no projeto de formação nacional, principalmente no período setecentista.

Tal fato fica muito claro na fala do geógrafo Carlo Eugênio Nogueira. Segundo ele

[...] a crescente vinculação da nação ao território, condição que a partir do final do século XVIII passa paulatinamente a mediar a definição mesma de Estado soberano, agora atrelado de forma definitiva à tarefa de delimitação espacial de uma área homogênea a ser colocada sob sua jurisdição direta, aponta para as intrincadas interações que se podem observar entre o espaço construído herdado, uma rugosidade fruto do desenrolar histórico de ações colonizadoras, e as construções identitárias de base espacial nascidas em meio ao surgimento e afirmação do nacionalismo.⁵⁸

De tal modo, salienta-se através da citação acima a estrita vinculação entre os interesses políticos e o estabelecimento de fronteiras, principalmente no que toca a construção de uma soberania nacional. Assim, cristalino que, seja no caso brasileiro, como supracitado, ou em qualquer outro caso, a formação de fronteiras não pode ser entendida como aspecto meramente natural, haja vista que todo seu processo de formação é dotado de intencionalidade humana. Como afirma Moraes, a fronteira é uma construção inteiramente ideológica⁵⁹.

É neste âmbito que pretendemos tratar das questões relacionadas à definição do sertão enquanto fronteira interna, dentro do projeto de formação nacional debatido ao longo do texto. Como levantado anteriormente, dentro da corrente de pensamento erigida durante as décadas iniciais do século XX.

Os bandeirantes tiveram papel fundamental, principalmente na visão dos intelectuais paulistas, na conquista das terras situadas no interior da nação, expandindo o território brasileiro para além das terras ocupadas nas faixas litorâneas em um processo que se inicia desde o período colonial.

Ao tratar sobre a importância conferida aos bandeirantes no referido processo de interiorização dos domínios coloniais portugueses na América, e sua relevância dentro desse contexto de formação da nação brasileira, a autora Lucia Lippe de Oliveira afirma que, na perspectiva de muitos autores, esse movimento é o “ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação”,⁶⁰ principalmente por se tratar, na visão destes, da ocupação de vazios demográficos históricos.

⁵⁸NOGUEIRA, Carlos Eugênio. A conquista do Brasil central: Fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. Barcelona: *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. XVI, n. 418 v. 9, p. 2, 2012.

⁵⁹MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 77.

⁶⁰OLIVEIRA, op. cit., p. 9.

Mais ainda, cabe ressaltar que Janaína Amado aponta para as contradições já debatidas sobre a participação dos bandeirantes, principalmente no que diz respeito enquanto a sua atuação no devassamento de terras indígenas durante as suas expedições.

Ademais, no bojo deste processo de expansão territorial propiciado pelos bandeirantes, percebe-se claro contrassenso entre um maior domínio territorial e a ocupação efetiva destas novas áreas. Isso porque, como consequência ao avanço dos bandeirantes para as regiões do interior, criou-se uma nação de extensões continentais que não foi completamente inserida dentro de um contexto que propiciasse a ocupação concreta destes espaços.

Sobre isso, Fernando Azevedo aponta para o processo de ocupação incompleto do sertão. Segundo ele, “as bandeiras constituíram antes um fenômeno de expansão geográfica que de valorização do território político ou de incorporação à vida econômica do país das novas terras conquistadas”⁶¹.

De tal modo, seguindo a linha apontada por Azevedo, o sertão, na medida em que foi um espaço apenas anexado as terras coloniais, acabou por ser alijado dos planos de desenvolvimento nacional existentes a época, já que, esses planos a circunscritos às zonas do litoral. Sendo assim, o sertão passou a se desenvolver a partir de modelos próprios, notadamente diferentes daqueles que nortearam a construção dos padrões vigentes no litoral.

Dessa forma, a medida que ocorreu uma ocupação territorial claramente assimétrica entre sertão e litoral, assim como certa exclusão do sertão tanto dos projetos para um desenvolvimento nacional como nos debates sobre a construção de uma brasilidade, haja vista que ambos, prioritariamente, foram pensados a partir da costa, o sertão começa a ser concebido como espaço isolado dentro da própria nação, pois era interpretado como o espaço capaz de preservar as tradições nacionais e ao mesmo tempo carregava o estigma de representante de uma suposta ausência de civilização que remetia aos primórdios do Brasil, de modo que, depreende-se das ideias da antropóloga Candice Vidal⁶², que o sertão apresentou-se como um desafio para o Brasil

O sertão por muito tempo foi considerado “outro”, “interno” às noções de modelos nacionais operadas dentro do imaginário social, e reforçadas pelos intelectuais locais, passou a ser a que vinha sendo desenvolvida no litoral, sempre sendo salientado o modelo urbano e civilizado que guiava o homem litorâneo.

⁶¹ AZEVEDO, 1971, p. 98 apud SOUZA, op. cit., p. 219.

⁶² SOUZA. *A Pátria Geográfica...* op. cit.

Porém, como já mencionado, o modelo de vida do homem do litoral passou a ser questionado, especialmente pela grande influência que os padrões europeus exerciam sobre os mesmos. De forma oposta, o sertão, dotado de “barbárie e incivilidade”, aponta como o espaço que guarda a autenticidade nacional.

Nesse sentido, os intelectuais do século XX tentam superar as noções construídas, principalmente pelos autores do realismo brasileiro, que colocavam o sertão como um problema para a nação, e tentam aproximar esses dois extremos brasileiros para construir uma nação que abrangesse a totalidade do território e que extraísse o que de bom havia nas duas partes.

A dualidade existente entre sertão e litoral, que já havia sido tão explorada anteriormente, passa a ser tratada sob um novo espectro. Tal ocorre porque o sertão não mais seria tido como um empecilho para o desenvolvimento nacional, a ponto de ser separado da nação. Dentro desta nova perspectiva, o sertão passou a ser entendido como um espaço de fronteira interna, a ser ultrapassada em busca da consolidação da pátria. Segundo Lucia Lippe de Oliveira o sertão como fronteira se traduz desta forma

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de “vazios demográficos”. A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral - a civilidade – com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico.⁶³

Assim, como nos diz Lippe, a mudança na concepção sobre o sertão está intimamente ligada a noção de inclusão do interior às questões nacionais, diferentemente do foi feito durante um longo período anterior, que tem como ponto de partida os movimentos dos Bandeirantes. Seria esta uma forma direta de diluir a barreira criada dentro dessa dualidade existente no território nacional, além de edificar uma identidade brasileira suprimida por ausências existentes nos modelos que privilegiavam apenas um dos lados, o litoral.

No que tange as questões suscitadas em relação a mudança na noção de sertão, que doravante, deixou de ser visto como espaço de negação, e passou a ser concebido a partir de nova abordagem interpretativa que o concebia como fronteira interna no território brasileiro, criando assim a noção de que este espaço deveria ser introduzido a nação, Euclides Cunha em sua obra “Os Sertões” de traduz essa mudança na concepção dos intelectuais do pensamento social no período.

⁶³OLIVEIRA, Lucia, op. cit., p. 9.

A referida obra de Euclides da Cunha destaca-se como uma das principais produções relacionadas ao tema, obra inaugural. Euclides da Cunha, influenciado pelo positivismo de Benjamin Constante, de quem foi aluno, e pela geografia de sua época, que analisava o homem como produto do meio, se propôs a uma análise científicista sobre o sertão, fazendo uma descrição que caracterizou de forma negativa a região, tanto em relação aos atributos naturais quanto a sua população. Ao se referir a natureza do sertão nordestino Euclides da Cunha afirma que

Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante.⁶⁴

Desta feita, Cunha sedimenta boa parte da sua análise sobre o sertão a partir das observações sobre as adversidades naturais encontradas pelo homem sertanejo no espaço em que habita. O autor aponta principalmente para a paisagem composta por árvores retorcidas e de pouca folhagem, acompanhadas por um cenário de repleta seca, devido à ausência de chuvas no sertão de Canudos, o que contribuía, segundo o mesmo, para a miséria humana que marcava a região.

Para além das questões relacionadas aos aspectos naturais do sertão, Euclides também se debruça a tratar sobre esse homem. Já de partida, afirma que: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”,⁶⁵ opondo-lhe ao homem do litoral, apesar de, segundo ele, a primeira vista não passar tal impressão, devido a pouca desenvoltura física que o sertanejo apresenta.

Logo deixa claro os infortúnios do sertanejo ao tratar sobre o vaqueiro nordestino, que desde cedo teve que lidar com a má sorte da seca e sol extremo que marca o sertão baiano. Ainda prossegue sua narrativa dizendo que: “Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergência de todas as energias”.⁶⁶

De tal modo, nota-se, como já ressaltado, que as suas agruras estão em sua síntese ligadas as condições naturais apresentadas no contexto em que está inserido. Por esse ângulo, Euclides da Cunha se coloca na contramão dos demais autores do pensamento social que o precederam, isso porque, estes associavam às características negativas do sertanejo a degeneração através da miscigenação que marcava essa sociedade.

⁶⁴CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984, p. 23. (Biblioteca do Estudante).

⁶⁵Ibid., p. 66.

⁶⁶Ibid., p. 68.

Assim, mesmo ao tratar dos habitantes do sertão como sub-raças, Cunha credita o atraso do sertão a uma ausência de civilização no espaço do interior do Brasil, ou seja, para ele o distanciamento entre sertão e litoral é o que realmente acertava na situação desfavorável na qual o sertanejo convivia, de tal modo, “seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral”.⁶⁷

Tal questão fica explícita quando Euclides da Cunha se propôs a falar sobre as raças sertanejas, e o atraso do sertão. Segundo ele

É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados. [...] Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico[...]É um retrógrado; não é um degenerado.⁶⁸

Cunha propôs, dessa forma, maior interação entre as duas zonas, sertão e litoral, para que houvesse um desenvolvimento tanto de um projeto nacional como a construção de uma brasilidade que não mais fosse pautada em uma bipartição do país, como propuseram alguns intelectuais. Ainda nessa linha, segundo o autor, a sincronização entre as duas partes do Brasil deveria se dar prioritariamente através de ações governamentais que levasse a “civilização” existente no litoral ao sertão, já que, para ele, o descaso do governo como o sertão e o seu povo foi um dos fatores que puseram a região em tal situação. Com isso, Cunha reforça a noção de fronteira que havia sido debatida anteriormente, em que pese uma aproximação entre os dois “brasis”.

2.3. O retrato do sertão através do olhar literário

Para além das obras que estão ligadas ao pensamento social brasileiro, aqui já mencionadas e que tiveram papel fundante na construção do ideário de Brasil, a literatura nacional também é responsável por uma vasta gama de produções sobre o sertão que corroboram em grande parte com as múltiplas noções que foram forjadas e permeiam até os dias atuais as noções sobre este espaço.

Sobre isso, Janaina Amado alude para importância da literatura na construção do que se compreende como sertão. Amado afirma que “A literatura brasileira povoou os

⁶⁷OLIVEIRA, op. cit., p. 6.

⁶⁸CUNHA, op. cit., p. 64.

variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, fundada e definitivamente, o imaginário brasileiro”.⁶⁹

Na visão de Fernando Cristóvão, as representações do sertão na literatura brasileira podem ser identificadas através da conjunção de três aspectos “o das descrições das terras brasileira versus terra lusitana, o do mundo rural versus mundo urbano o do passado versus presente”⁷⁰.

A colocação feita por Cristóvão, expõe ainda mais, como o sertão também assumiu dentro do contexto literário a função de lugar que representa a alteridade, ou seja, o sertão representa prioritariamente a oposição ao não sertão. Ainda nessa linha, nota-se que de maneira similar ao que acontece no pensamento social as representações feitas sobre o sertão brasileiro no âmbito literário são compostas por uma carga valorativa tanto sobre o espaço quanto sobre a sua gente, que em função do momento histórico e da intencionalidade daqueles que constroem os discursos, os relatos sobre o sertão variam entre a descrição ora, positiva e ora, negativa.

As literaturas produzidas sobre o sertão que principiam de maneira mais destacada em meados do século XIX são recorrentemente classificadas, entre os que buscam analisá-la, como obras regionalistas. Nesse sentido, autores como José de Alencar (1875), Álvares de Azevedo, Alfredo d'Escragnole Taunay (1872), Franklin Távora (1876), em um primeiro momento e posteriormente, já no século XX, Guimarães Rosa (1956), João Cabral de Melo Neto (1955), Graciliano Ramos (1938), Raquel de Queiroz (1930), colocaram-se entre os grandes expoentes da literatura regionalista, e também entre uma corrente mais específica, que ficou conhecida como sertanismo, cuja característica maior, é inserir o sertão brasileiro como o grande cenário de suas obras.

Apesar dos autores supracitados serem definidos como representantes da corrente regionalistas, suas obras produzem uma visão extremamente variada sobre o sertão, isso por que estão situadas em movimentos literários distintos que buscavam versar sobre o sertão a partir da sua ótica e suas influências.

Seguindo esta linha, ao tratar sobre as representações do sertão brasileiro no campo da leitura, Lucia Lippe⁷¹ afirma que o referido tema encontra-se, no seu período de maior destaque, sob a perspectiva de dois principais movimentos literários: o Romantismo e o

⁶⁹AMADO, op. cit., p. 146.

⁷⁰CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e sua passagem a mito (A Divina comédia do sertão). *Revista da USP*, São Paulo: USP, n. 20, p.43, 1994.

⁷¹AZEVEDO, Álvares de. *"Lira dos Vinte Anos"*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Realismo. Assim sendo, a conotação dada ao sertão e ao sertanejo dentro dos movimentos pode ser considerada como completamente distinta.

No que tange a representação dos literatos do Romantismo sobre o tema, nota-se que o sertão e o sertanejo recebem contornos altamente positivos. Isso porque, na perspectiva dos autores românticos, este espaço é visto como a representação do que de mais puro e simples havia no contexto nacional. A sua natureza, apesar de “rústica”, era intocada, permanecia livre da ação do homem, já o sertanejo era marcado pela simplicidade no seu modo de ser, vestir, falar, viver e para alguns, o mantenedor das mais puras raízes nacionais.

As representações do sertão no Romantismo começam a ganhar corpo por volta de 1870, a partir da poesia e prosa de autores com Alvares de Azevedo “Cantiga de sertanejo”, e José de Alencar (1875) e Bernardo Guimarães(1873), que passam a utilizar o sertão como pano de fundo para suas obras, exaltando as características naturais do interior.

Nesse sentido, podemos referenciar o poema “Cantiga de sertanejo” como uma clara representação da romantização do sertão. Tal aspecto fica explícito em estrofes como “Se tu vieres donzela, verias que a vida é bela no deserto do sertão: Lá têm mais aroma as flores e mais amor os amores, que falam como o coração” Em seus versos, Azevedo cria um imaginário de belezas do sertão que compõem o cenário romântico que situam seu poema, sendo assim, o sertão, é o palco para romances em meio a natureza de belas flores, que o interior proporciona.

Azevedo prossegue fazendo uma junção entre a figura do sertanejo carregado de amores, porém também marcado por certa rusticidade ao portar armas, e o cenário de belezas no qual convive, isso fica explícito quando o autor escreve que : Pobre amor! O sertanejo tem apenas o seu desejo, e as noites belas no vau!.. Só o ponche adamascado, o trabuco prateado e o ferro de seu punha [...]”⁷²

José de Alencar, na obra “O sertanejo” publicada no ano de 1875, coloca-se como um dos grandes expoentes da leitura regionalista no período, nas palavras de Carneiro, trata-se de uma “obra-prima e de síntese do sertão romântico e tranquilo, onde a paz e a felicidade se dão as mãos para que tanto o senhor quanto o servo sintam-se felizes”.⁷³

Em sua obra, Alencar trabalha de maneira muito clara na construção de um olhar de exaltação do sertão, do que viria a ser o Nordeste, cenário de sua narrativa. O autor, como certa recorrência, descreve a paisagem que permeia os personagens apontando de forma

⁷²Ibid., p. 15.

⁷³CARNEIRO, StâniaNágliã V. *Dona Guidinha do Poço ou narrador em voz alta*. Porto Alegre: Revolução ebooks- Simplíssimos, 2018. p. 22.

elogiosa para os aspectos naturais que compõem o sertão. Posso confirmar minha assertiva no seguinte excerto

Nunca vi o despertar da natureza depois da hibernação. Não creio, porém, que seja mais encantador e para admirar-se do que a primavera do sertão. Aqui a transição se opera com tal energia que assemelhava-se de certo modo à mutação. Aquela várzea que ontem ao escurecer afigurava-se aos vossos olhos o leito nu, pulverento e negro de um vasto incêndio, bastou o borraieiro da noite antecedente para cobri-la esta manhã da virescência sutil, que já veste a campina como uma gaze de esmeralda.⁷⁴

O sertão descrito por Alencar é um sertão de paisagens secas e de altas temperaturas durante o verão, as aves migram fugindo do calor e a vegetação perde a vivacidade em decorrência da queda de suas folhas. Mas no período das chuvas as belezas ressurgem, o verdume volta a tomar conta dos campos sertão e a vida renasce naquele cenário onde se desenvolve a sua obra.

A busca pela exaltação do sertão e do homem sertanejo proposto pelos autores do Romantismo brasileiro tem como principal alicerce a participação dos movimentos literários na busca pelas raízes nacionais, que aqui já foram sublinhadas. Dessa forma, construiu-se a partir dos discursos literários, a imagem do sertanejo como o representante da autenticidade do Brasil tão buscada na construção da identidade nacional.

Na contramão dessa visão idealizada construída sobre o sertão e sua gente pelos autores do Romantismo, o Realismo brasileiro retratou o sertão a partir de um olhar que pesasse as características do interior de forma bem mais negativa. O sertão volta a assumir a conotação de espaço que representa o atraso e barbárie, de natureza rústica e subdesenvolvida, e o sertanejo perde todo o ideário positivo que o marcava anteriormente.

Candice Vidal traduz de maneira mais clara o que representou essa passagem do romantismo para o realismo no que diz respeito a representação do sertão.

Os literatos sugestionados pela voga realista esboçam um retrato mais cru e desesperançado do sertão, através de olhares que em sua opinião desvendaria a real e desencantada condição de vida do interior brasileiro. O sertão é despido da roupagem idílica que lhe forneceu o escritor romântico. Aqui já se pode detectar a emergência do sertão como um problema para a nação. A conversão da alteridade em um outro negativo, oposto à urbanidade litorânea. A diferença é enfatizada e percebida como um obstáculo, um foco de resistência de primitivismo.⁷⁵

O homem do sertão foi tido como a representação do “incivilizado”, um ser degenerado e que causava o atraso do país, isso porque a junção entre terra e gente, que na perspectiva romântica era um dos fatores responsáveis pela construção da simplicidade do sertanejo, no olhar do realismo é uma das causas para o embrutecimento do homem do sertão.

⁷⁴ALENCAR, José de. *O sertanejo*. 5. ed. São Paulo : Melhoramentos, [19--]. p. 31.

⁷⁵SOUZA, 1995, p. 11 apud SILVA, René Marc da Costa. O papel da categoria Sertão no processo de construção da identidade nacional Fins do século XIX e começo do XX. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 45, n. 177, p.185, jan./mar. 2008.

Nesse sentido, obras como “Inocência” e “A retirada da Laguna” de Taunay, “O Cabeleira” de Franklin Távora, assim como as obras de Afonso Arinos e Coelho Neto, denotam a relevância do movimento realista e suas abordagens sobre o sertão no final do século XIX

Alfredo Taunay e Franklin Távora são recorrentemente citados como os grandes representantes da transição na forma como o sertão foi abordado através do viés realista. Isso porque apesar de suas obras ainda possuírem aspectos do período do Romantismo, como a exaltação das belezas naturais do sertão, Taunay e Távora retratam o homem sertanejo de forma mais dura do que seus antecessores, apontando diretamente para o modo rígido como vivem os habitantes do sertão.

José Almeida ao analisar tal questão, faz considerações sobre Taunay. Para ele, nas obras do referido autor ainda que “a idealização romântica permaneça, a preocupação de fidelidade ao dado observável torna-se manifesta, especialmente no tocante a paisagem e ao ambiente social em que se desenrola a ação”⁷⁶.

Um exemplo claro do que nos diz José Almeida sobre o Visconde de Taunay está retratado em sua “Inocência”, na qual o autor já traz noções bem menos romantizadas tanto do sertão como do sertanejo. Sobre o sertão, Taunay narra em sua obra as belezas da região, ao diferenciar os campos dos sertões dos demais encontrados em São Paulo ou Rio de Janeiro. Mas ao abordar o cenário no período de seca, o escritor já é bem mais contundente ao dizer que

Se falham essas chuvas vivificadoras, então, por muitos e muitos meses, aí ficam aquelas campinas, devastadas pelo fogo, lugubrememente iluminadas por avermelhados clarões, sem uma sombra, um sorriso, uma esperança de vida, com todas as suas opulências e verdejantes pimpolhos ocultos, como que raladas de dor e mudo desespero por não poderem ostentar as riquezas e galas encerradas no ubertoso seio.⁷⁷

Já sobre o sertanejo, o autor minimiza suas características românticas, representando o homem do sertão essencialmente como um aventureiro de aspectos mais rústicos, sem muita ligação as questões sentimentais, como no romantismo. Posso exemplificar tal afirmativa a seguir

O legítimo sertanejo, explorador dos desertos, não tem, em geral, família. Enquanto moço, seu fim único é devassar terras, pisar campos onde ninguém antes pusera pé, vadear rios desconhecidos, despontar cabeceiras e furar matas, que descobridor algum até então haja varado [...] Quando o sertanejo vai ficando velho, quando sente os membros cansados e entorpecidos, os olhos já enevoados pela idade, os braços frouxos para manejar a machadinha que lhe dá o substancial palmito ou o saboroso mel de abelhas, procura então quem o queira para esposo, alguma viúva ou parenta

⁷⁶ALMEIDA, José M. G. de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p. 86-87.

⁷⁷TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. 19 ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 3.

chegada, forma casa e escola, e prepara os filhos e enteados para a vida aventureira e livre que tantos gozos lhe dera outrora⁷⁸.

De tal modo, sedimentados em teorias vindas da Europa que primavam em grande medida as noções científicas, como o positivismo de Augusto Conte e o Darwinismo, os autores da literatura brasileira abandonam o olhar idealizado do período do Romantismo e dão espaço as descrições mais negativas sobre as questões nacionais.

A chamada Geração de 1930 também possuiu grande importância nesse contexto, isso porque houve no período a produção de obras marcantes no campo literário sobre o sertão brasileiro, principalmente o nordestino, que ecoam até os dias atuais no inconsciente popular. Pertencentes a segunda fase do movimento modernista brasileiro, os autores da geração de 30 marcam suas produções pela recorrente abordagem sobre temas nacionais, dotados em demasia de um olhar voltado às questões sociais do país, inaugurada segundo Otavio Ianni⁷⁹, por Florestan Fernandes.

Em meio a um conturbado período político, com o fim da República Velha e ascensão do governo Vargas no plano nacional, e no exterior o a referida década foi marcada pela quebra da bolsa de Nova York e crise no capitalismo, os autores modernistas buscaram no olhar para dentro, no intuito de tecer críticas sociais sobre a realidade nacional.

Frente a este momento político de grande ebulição, os literatos da segunda geração do modernismo procuram novamente um olhar para as origens nacionais, assim como havia ocorrido como o romantismo no século anterior. Desta feita, a prosa de cunho regionalista ganha enorme espaço na cena literária, tanto no que diz respeito a temas que se passam no cenário urbano, quanto no interior.

Nesse sentido, o sertão nordestino assume em larga escala esse espaço de crítica social, principalmente na prosa regionalista da geração de 30, numa constata associação entre povo e terras desemboca em obras que apontam para a seca e miséria e crise econômica que passava a região nordeste a época.

De tal modo, destacam-se vários autores que produziram obras de extrema relevância no período tendo o tema - sertão nordestino -, dentre os quais posso citar: Raquel de Queiroz, com a obra “O Quinze”, Graciliano Ramos com “Vidas secas”, José Lins Rego em “Menino de engenho”, Jorge Amado com “Terras sem fim”. Tais obras estão situadas no contexto da literatura regionalista, tratando de maneira explícita as questões que permeiam o sertão brasileiro no período.

⁷⁸Ibid., p. 7.

⁷⁹IANNI, Otávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.10, n. 26, jan./abr. 1996. p. 1.

A partir das diferentes perspectivas sobre o sertão brasileiro apresentadas através do olhar dos escritores tanto do Romantismo, como Realismo e do Modernismo, Fernando Cristóvão afirma que de tal modo o sertão na literatura foi representado sob forma de três modelos interpretativos, que seriam o sertão enquanto paraíso, inferno e purgatório.

A visão do sertão como paraíso está sedimentada na leitura feita pelos autores do romantismo, que, como aqui explanado. Tal questão está correlata à uma idealização do sertão e do homem sertanejo, concebendo a natureza encontrada no sertão como um paraíso ainda preservado, as belezas da paisagem que instigaram as produções nesse sentido

Já o sertão como inferno está pautado principalmente nos escritos dos autores do Realismo, em que o sertão passou a ser tido como espaço de violência, fome e seca. A natureza já não é mais exaltada, pelo contrário, cria-se um cenário extremamente negativo e até mesmo aterrador em relação ao meio em que vive os sertanejos.

Porém, na perspectiva de Cristóvão, o sertão também é narrado na literatura como purgatório. Nessa linha, autores como Guimarães Rosa e Ariano Suassuna representaria essa visão. Assim cria-se a noção do sertão como espaço mítico, tão bem expressa na obra “Grande sertão veredas” de Rosa, um lugar de passagem, uma interseção entre as duas visões anteriormente apresentadas.

3. O SERTÃO DOS PASTOS BONS NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO

Como mencionado nos capítulos anteriores, o sertão brasileiro, principalmente a partir do final do século XVIII e início do XIX, passou a ser “visitado” de maneira mais frequente por uma vasta gama de aventureiros, vadios, militares, clérigos e cronistas, que visavam explorar esta região em busca de riquezas naturais. Esses exploradores deixaram uma sólida base documental sobre estes espaços percorrido, até recentemente pouco mencionados nos textos que tinham por objetivo estudar os territórios coloniais na América portuguesa.

Nesse contexto, o presente capítulo pertence abordar o sertão do maranhense a partir do olhar do militar português Francisco de Paula Ribeiro, que, ao longo do período em que esteve na então Capitania do Maranhão, produziu uma larga narrativa sobre aqueles rincões recônditos.

Suas memórias contribuem significativamente para o estudo de diversos aspectos relacionados ao sul do Maranhão. As obras produzidas por Paula Ribeiro são abrangentes pois

abordam as questões geográficas relativas a esse espaço, enfatizando a hidrografia da região, além dos aspectos sociais relativos aos povos sertanejos, referindo-se tanto os que residiam nas fazendas de gado, quanto as nações indígenas que habitavam o sertão dos Pastos Bons.

Francisco Paula Ribeiro está inserido entre os grandes conhecedores do sertão maranhense, isso em virtude das diversas atividades militares exercidas por ele nos mais de vinte anos em que trabalhou na Capitania do Maranhão. Militar e explorador Paula Ribeiro fez sua carreira militar praticamente no Maranhão, como representante da Coroa portuguesa, esteve à frente de missões militares em diversas oportunidades, e em frequente contato com os sertões dos Pastos Bons e seus habitantes. Porém, apesar da sua larga trajetória, Paula Ribeiro ainda é “pouco conhecido e parcamente explorado pela historiografia brasileira”⁸⁰. Isso se expressa pelo poucos trabalhos nos quais as obras de Ribeiro são tomadas com fontes de análise sobre o sertão.

Ainda assim, apesar de pouco estudado dentre os trabalhos que visam tratar sobre o sertão, em virtude de seus estudos sobre a geografia física e humana, estudos etnográficos sobre os indígenas da região, além da história e a economia do sertão, pode-se afirmar, em certa medida, que Paula Ribeiro, por meio de suas obras, literalmente “descobriu” e “fundou” o sul do Maranhão.⁸¹

Da mesma forma que é pouco estudado, também são extremamente diminutas as informações sobre a vida de Paula Ribeiro antes de ser enviado a América Portuguesa para desempenhar suas atividades militares. Segundo relata o historiador Raimundo Santos (2014), as noções sobre os aspectos biográficos ainda se dão de maneira um tanto controversas, sem que haja uma boa base documental que forneça dados mais claros sobre este personagem.

Ainda de acordo com Santos, as documentações das quais pode-se extrair pequenas informações sobre a vida de Francisco de Paula Ribeiro indicam que o militar teria nascido no ano de 1771, sendo o local apontado de maneira imprecisa, segundo o autor, na região sul de Portugal. Com relação a sua formação, Ribeiro teria ingressado diretamente no serviço militar após a conclusão do secundário, o que leva a crer que este não tenha frequentado a Universidade de Coimbra⁸².

Segundo a documentação disponível, a chegada de Francisco de Paula Ribeiro à América portuguesa é datada de 1795, e se deu através da indicação do Duque de Lafões que

⁸⁰ BONATO, op. cit., p 24.

⁸¹ PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Um militar a serviço da Coroa portuguesa no sul do Maranhão. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25, 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza, 2009. p. 1.

⁸² SANTOS, Raimundo Lima dos. *A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p. 86.

solicitou junto ao então Secretário de Estado da Marinha para que o militar assumisse o posto de Alferes na então Capitania do Maranhão.

Porém, antes disso, Paula Ribeiro encontrava-se preso em um dos quartéis de Lisboa, e seu destino a priori seria as colônias portuguesas nas Índias, onde também prestou serviços militares. Porém, em virtude da ausência de embarcações que pudessem levá-lo, Paula Ribeiro acabou sendo destinado às possessões portuguesas na América:

Achei por bem nomear para Alferes do regimento de Infantaria da Capitania do Maranhão a Francisco de Paula Ribeiro: O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e faça passar aos despachos necessários.
Palácio da Luz em dezesseis de abril de mil setecentos e noventa e cinco⁸³.

Após um breve período de sua chegada à Capitania do Maranhão, Paula Ribeiro foi enviado, no ano de 1798, a uma missão juntamente com outros militares a Belém do Pará. Segundo consta na portaria expedida pelo então Governador da Capitania, Dom Fernando de Noronha, a ida de Paula Ribeiro à Capitania do Pará se deu muito em função dos recorrentes pedidos do militar.

A estada de Paula Ribeiro na capitania vizinha também se deu por um curto período, isto porque no ano de 1800, logo após o seu retorno a São Luís, o militar foi designado para assumir o comando do destacamento de Pastos Bons, em lugar de Raimundo Vieira, que se encontrava em “mau estado de saúde” e em virtude disto foi orientado a entregar “todas as instruções e ordens” ao alferes Paula Ribeiro.⁸⁴

Nesta ocasião, Paula Ribeiro iniciava sua primeira viagem à região do sertão maranhense, onde ficou dois anos, pois em 1802, o então governador da Capitania do Maranhão, D. Diogo de Souza nomeou Higinio Xavier para assumir o seu posto como comandante do Destacamento de Pastos Bons

Logo que aí chegar o alferes do Regimento de Linha Higinio de Xavier Lopes, a quem nomeei para lhe suceder no comando do Destacamento e Distrito desse Julgado; Vossa Mercê lhe entregará todas as ordens, e instruções, que lhe têm sido dirigidas para seu regime [...].⁸⁵

Após este período em Pastos Bons, Paula Ribeiro recebeu ordens para que deixasse o comando do destacamento e retornasse à São Luís. Após longo período servindo o regimento da capital, no ano de 1810 Paula Ribeiro foi solicitado pelo então governador da

⁸³ APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, Caixa 86, doc. n. 7208.

⁸⁴ APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1798-1800, Códice 20, Doc. 441.

⁸⁵ APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1800-1803, Códice 01, Doc. 451.

província do Maranhão, capitão-geral dom José Thomaz de Menezes, que o queria no comando de uma outra missão.

Desta feita, Ribeiro foi enviado a região de Viana no comando de 45 homens com pesado armamento para enfrentar os índios Gamelas e Timbira, que vinham resistindo a invasão dos moradores as suas terras. Paula Ribeiro recebeu ordens para não só expulsar os indígenas para o mais longe possível, como também de levar preso para a capital da província os líderes dos povos nativos.

As tensões entre os povos indígenas e os colonos, como esta enfrentada por Paula Ribeiro na vila de Viana, fizeram-se de maneira bastante frequente durante o século XVIII e XIX e, em grande medida, esses conflitos eram ocasionados principalmente pelas disputas territoriais.

As sociedades indígenas eram as principais habitantes dos sertões brasileiros à época, porém a partir do processo de colonização dessas áreas, os colonos passaram a desenvolver políticas de captura e dizimação desses povos, para que posteriormente pudessem ocupar suas terras.

Frente a isso, os povos nativos se colocaram de maneira resistente frente a ocupação de seus territórios, o que desencadeou intensos conflitos até nos dias de hoje.

A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida⁸⁶ expressa bem o contexto no qual estavam inseridas as ações dos colonos portugueses contra os povos nativos. Ao tratar sobre as populações indígenas que habitavam o sertão a autora explica

Para os povos do sertão previa-se o aldeamento, mediante a criação de missões religiosas e presídios militares, com recurso às guerras justas quando se julgasse necessário; para os aldeados, já considerados civilizados, propunha-se a assimilação, com a distribuição de parcelas individuais de suas antigas terras coletivas que seriam extintas com as antigas aldeias. Guerras violentas, criação de novos aldeamentos e extinção de antigos foram práticas que coexistiram e se sucederam ao longo do século XIX. Todas visavam a um mesmo fim: a ocupação das terras indígenas e a transformação de seus habitantes em cidadãos e eficientes trabalhadores para servir ao novo Estado⁸⁷.

Almeida aponta principalmente para os aprisionamentos e trabalhos forçados que os povos nativos eram submetidos pelos colonos, sendo esta uma forma de reverter lucros para Coroa. Ainda, salienta as guerras que esses processos de ocupação das terras indígenas proporcionaram ao período oitocentista, destaca-se também a participação de membros das instituições religiosas nas explorações destes povos.

⁸⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v.1, n. 2, 2012.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 25.

Francisco de Paula Ribeiro, exercendo sua função de militar e representante da Coroa portuguesa, esteve por diversas vezes envolvido em conflitos desta ordem na Capitania do Maranhão. Essas tensões muito se deviam ao projeto da Coroa em desenvolver fazendas de gado no sertão dos Pastos Bons, como possibilidade econômica na região, que acabou por ser a principal atividade exercida pelos colonos no sul maranhense.

Em face desse projeto, crescia cada vez mais a necessidade dos colonos de expansão de suas fazendas, já que o desenvolvido da atividade pecuária nesse período se dava de maneira extensiva. Desse modo, as fazendas de gado começaram paulatinamente a ocupar as terras indígenas, que, por sua vez, resistiam a este processo.

Sendo assim, Paula Ribeiro foi enviado pelos governadores da capitania para comandar incursões militares sertão adentro com o intuito de “apaziguar” os conflitos entre colonos e indígenas, que, como bem se sabe, desembocavam diretamente na participação de Paula Ribeiro neste contexto de guerras contra os povos, levando ao extermínio das tribos que viviam na região. Em decorrência de seu contato os indígenas do Maranhão, o militar escreveu uma obra de cunho etnográfico que relata de maneira detalhada as observações feitas sobre vários aspectos da vida dos povos nativos.

As atividades desenvolvidas por Paula Ribeiro no território maranhense se deram estritamente em confluência com os interesses apresentados pela Coroa Portuguesa em função da exploração deste território colonial, fazendo com que o historiador Manuel de Jesus Barros Martins definisse Ribeiro como um “um dos mais ardorosos defensores dos interesses portugueses na América”⁸⁸

Tal fato fica nitidamente traduzido nas incursões militares realizadas por Ribeiro ao longo do período em esteve na capitania, sempre intervindo no sentido de assegurar que os interesses portugueses fossem garantidos.

É bastante perceptível no conteúdo das narrativas de Paula Ribeiro, uma vez que, na maior parte destas o militar produziu relatos detalhados das condições geográficas e humanas da região que, posteriormente, pudessem ser revertidos em vantagens para metrópole, apontando até mesmo para medidas políticas e econômicas que poderiam ser adotadas pelo governantes da capitania para melhor exploração dos sertões dos Pastos Bons.

Nesse sentido, como já abordado, o século XIX foi marcado especialmente pelo mapeamento dos aspectos naturais que pudessem servir de usufruto para metrópole. Assim, as viagens patrocinadas pela Coroa aos sertões e os documentos de cunho altamente descritivos,

⁸⁸MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *In*: RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memória dos sertões maranhenses*. São Paulo: Siciliano, 2002. p. 9.

decorriam deste intuito de informar a Portugal sobre as potencialidades econômicas contidas nos sertões. Desta feita, Paula Ribeiro está diretamente inserido neste contexto e, enquanto homem da Coroa, tinha atribuições expressamente relacionadas ao apontado.

Dois anos após prestar serviços na Vila de Viana, Paula Ribeiro foi nomeado para assumir o comando do destacamento de Aldeias Altas, conhecida atualmente como Caxias. Junto ao cargo de comandante daquele destacamento, Paula Ribeiro também recebeu uma nova promoção, assumindo nesta ocasião a patente de Tenente do Regimento de Linha.⁸⁹

A ascensão de Paula Ribeiro dentro do serviço militar, principalmente no período em que esteve servindo na Capitania do Maranhão, traduz o êxito que obteve em boa parte das atividades a ele conferidas. Em sua chegada ao Maranhão, Paula Ribeiro possui a patente de Alferes, passando posteriormente pelas patentes de Cabo e assumindo em 1809 a de Furriel⁹⁰. Logo em seguida galgou a supracitada patente de Tenente de Linha e, após isso, ascendeu a Capitão, concluindo sua carreira militar como Major Graduado, porém sem ter conseguido alcançar o posto de Sargento Mor que havia pleiteado⁹¹, tendo sido este negado pelos seus superiores.

A brilhante carreira militar e os sucessos obtidos por Francisco de Paula Ribeiro o fizeram ascender no Maranhão, distante, portanto, do comando do Exército português, a todos os postos militares existentes em sua época. Isso fica evidenciado no aumento gradativo das importâncias das *missões* que lhe foram atribuídas.

Já em 1815 o militar foi incumbido provavelmente da mais relevante dentre as tarefas que executou ao longo de sua carreira militar, qual fora, a de delimitar a fronteira entre as capitanias do Maranhão e Goiás.

Como nos conta Pachêco Filho⁹², desde 1798 já havia um documento oficial, emitido pela Coroa Portuguesa, que ordenava ao então governador do Maranhão que promovesse viagens exploratórias rumo ao rio Tocantins. Porém, tais providências não foram tomadas, e a região havia ficado longe dos olhos dos governantes da Capitania.

Em consequência disto, o “regatão” Francisco Pinto Magalhães acabou por tirar proveito desta ausência administrativa maranhense na região, anexando o território de São Pedro de Alcântara, pertencente ao Maranhão, à capitania de Goiás. Ademais, em decorrência,

⁸⁹ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 77.

⁹⁰ O termo Furriel é usado para designar um dos postos das forças armadas portuguesas, sendo esta uma graduação superior ao Cabo e inferior ao Sargento.

⁹¹ APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1817-1819, Códice 06 Doc. 1691.

⁹² PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: EdUEMA, 2016.

Pinto Magalhães passou a obter lucros pessoais, pois cobrava dos colonos “goianos” uma taxa de proteção para permanecerem do lado “maranhense” do rio Tocantins.

Por essa razão, o governador da Capitania do Maranhão, Paulo José da Silva Gama (1811-1819), determinou que Paula Ribeiro cumprisse a função de estabelecer o limite territorial entre as capitanias, visando reestabelecer o domínio sobre a povoação de São Pedro. As ordens do governador Paulo Gama ao militar Paula Ribeiro foram claras, tendo o governador instruído o seguinte:

A sua comissão portanto é marchar com a maior brevidade possível até a raia limítrofe desta capitania com a de Goiás nas extremas de Pastos Bons cabeceiras do Tocantins, lugar por Vossa Mercê conhecido. Ali deve se encontrar com o sargento-mor José Antônio Ramos e o capitão Francisco José Pinto Magalhães, vindos autorizados pelo excelentíssimo governador e capitão-geral daquela capitania para como Vossa Mercê- que vai autorizado por mim para o mesmo- observar e designar a raia divisória e terminal das duas capitanias.⁹³

No trecho acima, Paulo Gama menciona o conhecimento que Paula Ribeiro possuía acerca do sertão dos Pastos Bons em virtude de sua estada na região em outras oportunidades, de tal modo que este foi um dos fatores que levaram o governador a nomear Paula Ribeiro para a missão, substituindo o naturalista Vicente Jorge Dias Cabral, que havia sido escolhido para realizar a viagem demarcatória, tendo, contudo, falecido pouco tempo depois de ter sido nomeado.

Doutro lado, ofício expedido pelo governador revela que as atribuições de Ribeiro nesta missão não estavam restritas somente a questão do estabelecimento da fronteira entre as duas capitanias. No mesmo ofício de nomeação, fora ordenado que Paula Ribeiro explorasse as regiões do sul do Maranhão "a fim de se conhecer a capacidade dos rios, a sua diversidade de braços que se intrometem pelo sertão[...] A qualidade dos terrenos, as povoações e todos os vestígios notáveis de antigas povoações ou caminhos."⁹⁴

Deste modo, como desdobramentos desta missão, Francisco de Paula Ribeiro produziu uma extensa narrativa, relatando de forma minuciosa sobre todo o percurso transcorrido desde sua saída de São Luís até o momento que chegou ao seu destino final. Tal obra, que será abordada posteriormente, fornece aspectos importantes para a construção da imagem do sertão do maranhão no século XIX.

As atividades militares e exploratória desenvolvidas por Francisco de Paula Ribeiro na Capitania do Maranhão foram interrompidas subitamente com a morte do militar

⁹³ APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05 Doc. 755.

⁹⁴ APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1814-1816, Código 05, Doc. 755.

no ano de 1823. Inserido no contexto das lutas pela independência da então capitania, Paula Ribeiro, enquanto representante dos interesses portugueses na região, foi ordenado a defender o território maranhense daqueles que visavam torná-lo independente. Como consequência destes embates, Paula Ribeiro foi morto por um dos grupos militares rivais, assim, pondo fim a trajetória do militar de quase vinte anos nos sertões dos Pastos Bons.

Como já referido, Francisco de Paula Ribeiro, além de ter realizado incursões militares no período em que esteve na capitania do Maranhão, também foi responsável pela produção de um valoroso conjunto de três memórias⁹⁵, fruto de suas experiências no sertão dos Pastos Bons. São elas: *Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1848. *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*. Revista do IHGB, nº 12, Rio de Janeiro, 1849. *Memória sobre as Nações Gêntias que presentemente habitam o Continente do Maranhão*, nessas memórias analisa algumas tribos no sertão. Revista do IHGB, v.3, Rio de Janeiro, 1841.

Estas memórias possuem tamanha relevância que o historiador João Renôr Ferreira de Carvalho, ao reunir em livro juntamente com Adalberto Franklin as memórias de Paula Ribeiro, afirmou: “[...] agora fazem parte das fontes historiográficas indispensáveis para se fazer a história, a etnografia e a antropologia da região sul do Maranhão”⁹⁶

Nestas três memórias citadas, Paula Ribeiro constrói através de uma ótica extremante pragmática inúmeras observações em relação a diversas questões referentes aos aspectos naturais, a dinâmica econômica da região e aos fatores sociais no que diz respeito a vida dos habitantes do sertão do Maranhão, apontando para a qualidade dos campos e as estruturas econômicas que se formaram, além de relatar a forma como viviam os homens do sertão, apontando para as suas estruturas sociais. De tal modo, através de seus textos, Paula Ribeiro “informa progressivamente o leitor sobre a geografia, história e a etnologia do território de Pastos bons nos sertões do Maranhão”⁹⁷.

⁹⁵ A historiadora Ana Lúcia da Rocha conceitua que por Memórias entendiam-se os “textos monográficos de cunho acadêmico ou administrativo. No período, o governo estimulava a elaboração de memórias que procurassem avaliar as possibilidades econômicas de alguma região ou de alguma atividade agrícola, mercantil ou industrial”. PEREIRA, Magnus Roberto de Melo; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. A história de uma ausência: os colonos cientistas da América Portuguesa na historiografia brasileira. In: FRAGOSSO, João (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: Estampa, 2006. p. 359.

⁹⁶ FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira de Carvalho. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões dos Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007, p. 23.

⁹⁷ CARVALHO. op. cit., p. 134

3.1. “Os copiosos gados dos Pastos Bons”: o olhar de Paula Ribeiro sobre as bases econômicas do sertão

Do mesmo modo que Francisco de Paula Ribeiro defendia os interesses da Metrópole em suas incursões militares contra os povos indígenas que habitavam a capitania do Maranhão, o militar português buscou executar ação semelhante ao produzir seus relatos sobre a região do sertão dos Pastos Bons. A partir do seus escritos é possível identificar diversos aspectos que compunham o cenário do sertão maranhense no período oitocentista.

No contexto do período colonial, a porção sul da capitania do Maranhão apresentava-se como mais um dos vastos territórios coloniais dos quais a metrópole possuía poucos conhecimentos sobre suas especificidades econômicas⁹⁸.

Desta forma, mediante leitura das obras de Paula Ribeiro depreende-se que sua intenção era, notadamente, informar a Coroa sobre aquilo que mais importava nos Altos Sertões, sobretudo no que tange os aspectos econômicos, para que posteriormente as possíveis potencialidades por ele abordadas pudessem ser exploradas e convertidas em benesses ao Estado Português. Em seu Roteiro⁹⁹, Paula Ribeiro deu indícios de tais finalidades ao afirmar que sua intenção “[...] não é menos do que dar uma ideia de todos os pontos e circunstâncias do interior da mesma capitania, tão pouco conhecida dos próprios seus nacionais estabelecidos na capital ou por fora desta nas vizinhanças da beira-mar”¹⁰⁰

Em razão disso, ao tratar das questões econômicas do sertão, Paula Ribeiro além de fazer uma descrição das atividades produtivas que já eram desenvolvidas na região, também relatou em seus escritos sobre os diversos aspectos naturais favoráveis encontrados por ele ao longo de suas múltiplas viagens pelo sertão, que poderiam ser melhor aproveitados pela Coroa no intuito de desenvolver economicamente a região.

⁹⁸ De maneira geral, o cenário econômico da capitania do Maranhão ganhou maior destaque somente a partir da expulsão dos franceses, em missão comandada pelo capitão Mor Alexandre de Moura, por volta de 1612, ainda que, as atividades produtivas na capitania estivesse prioritariamente voltadas para agricultura de subsistência, como afirma Jerônimo de Viveiros(1954). Nesse sentido, o ciclo econômico de maior êxito dentro do território maranhense foi proveniente das grandes exportações do setor algodoeiro, além da rizicultura, que marcaram a economia local durante meados do século XVIII. Segundo Tribuzzi(1981) este crescimento da economia local deveu-se a implementação da segunda Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a consequente inserção de sujeitos escravizados, principalmente vindo de África, na lavouras da região, tendo este período de opulência perdurado até as primeiras décadas do século XIX.

¹⁰⁰ RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro de viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras de Capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssimo. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico de Geographia Brasileiro*, tomo X 1. Trimestre de 1848. Rio de Janeiro [segunda edição 1870]. p. 24.

As bases econômicas edificadas no sertão maranhense a partir de meados do século XVIII e durante o XIX estiveram pautadas principalmente na atividade pecuária. Tal fato se deve principalmente aos fazendeiros baianos que, por volta de 1730, iniciaram o processo de colonização do sertão Maranhense, implementando as primeiras fazendas de gado na região.

Duas décadas depois era possível contabilizar cerca de 44 fazendas de gado ao longo de todo o território dos Pastos Bons, o que representava cerca de um quarto das fazendas existentes em toda capitania. No ano de 1863 estima-se que havia cerca de 131.200 cabeça de gado no sul da capitania, de modo que este montante representava aproximadamente 44% do gado existente no Maranhão. Tais números demonstram nitidamente a expansão da atividade pecuária na região.¹⁰¹

Ao tratar sobre o tema, Paula Ribeiro acena para a importância que a atividade pecuária possuía para os povos sertanejos, pois o gado era “o principal artigo que na primeira parte faz subsistir toda a população, vigorar pelas forças desta a cultura dos gêneros de que lhes resulta o comércio[...]”¹⁰² Concordando com Ribeiro, o historiador Eloy Coelho Neto ratifica a importância dos bovinos na construção da econômica do sertão ao afirmar que “o boi determina uma economia primitiva e se constitui a riqueza originária e única”¹⁰³.

Nesse sentido, a produção de carne-seca e couro configuravam-se como os principais gêneros oriundos dos altos sertões, servindo para consumo interno e para exportação.

Cabe ressaltar que estes artigos possuíam grande relevância no contexto oitocentista, visto que a carne-seca figurava como um dos principais componentes na alimentação, tanto das famílias mais abastadas, como dos sujeitos escravizados residentes nas zonas litorâneas da capitania. Além disso, provinha do couro do gado diversos artigos utilizados no cotidiano dos colonos, sendo até mesmo utilizados pelos sertanejos para cobrir o chão duro no qual dormiam¹⁰⁴.

¹⁰¹ CABRAL, op. cit., p. 101-102.

¹⁰² RIBERIO, Francisco de Paula Ribeiro. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. *Revista Trimestral da História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, Rio de Janeiro [segunda edição 1872], p. 42.

¹⁰³ COELHO NETO, Eloy. *História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979. p.20.

¹⁰⁴ O historiador Capistrano de Abreu descreveu os diversos utensílios produzidos através do couro, segundo ele: “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das faca, as bruacas e surrões, as roupas de entrar no mato, o banguês para curtume ou para apurar sal; para açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com peso; em couro pisava-se tabaco para o

No que tange o processo de comercialização destes animais, Paula Ribeiro descreve que a maior parte era levada para a Freguesia de Itapecuru, onde “se faz grande feira de gados do sertão”.¹⁰⁵ Sobre isso, os naturalistas Spix e Martius também fizeram menção em seus escritos ao comércio de gado desenvolvido na região, para os quais a freguesia de Itapecuru surgiu em função do comércio de gado que se estabeleceu no local e, por conta disso, a região era anteriormente conhecida como “feira”.¹⁰⁶

Apesar da competição com os bovinos das capitâneas mais próximas, principalmente do Piauí, Paula Ribeiro afirma que os “copiosos gados dos Pastos Bons” levam substancial vantagens em detrimento aos demais, pois eram não só os “melhores de toda a capitania” como também demonstravam ser vantajosos frente a “todos os das outras confinantes”. Tal fato fica denotado quando militar afirma que

Toda esta travessa que contém, assim como todo o terreno da fazenda Alegre para cima, os mais excelentes e desembaraçados campos para criação os gados que apesar de nascerem e de se criarem nos capins chamados agrestes, únicos pastos gerais de que são próprios estes sertões do sul da capitania do Maranhão, têm, contudo, pela grandeza de seu corpo, gordura e aptidão para grandes marchas, muito mais valor nas feiras do Itapecuru do que todos os gados da capitania do Piauí [...] ¹⁰⁷

Assim, Paula Ribeiro salienta que a qualidade do gado vacum proveniente do sul maranhense tem como um dos fatores preponderantes a excelência dos campos existente na região, que eram tidos como ideais para o desenvolvimento da pecuária.

Outro ponto pertinente levantado pelo militar, diz respeito a aptidão dos bovinos para longas caminhadas, o que se impõe como crucial tendo em vista que até as primeiras décadas do século XIX as rotas fluviais foram pouco exploradas, que poderiam facilitar o transporte do gado até as zonas comerciais. Por conta disso, era imposto aos animais longas caminhadas, partindo do sertão em direção ao litoral ou as capitâneas vizinhas.

Em virtude da excelência de suas criações, a exportação do gado proveniente dos Pastos Bons abrangeu não somente as demais regiões do Maranhão, mas também as capitâneas vizinhas, com quem constantemente estabelecia comércio, em especial Bahia, Pernambuco, Piauí, Goiás e Pará, sendo estas duas últimas capitâneas marcadas pela exploração do ouro, atraindo assim para colonos dos Pastos Bons expressivos lucros¹⁰⁸.

nariz”. ABREU, Capistrano de. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1963. p.163.

¹⁰⁵ RIBEIRO, op. cit., p. 55.

¹⁰⁶ Johann Baptisti Von Spix e Carl Friedrich Phillipp Von Martius, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 238-9.

¹⁰⁷ RIBEIRO. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...* op. cit., p. 11.

¹⁰⁸ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 83.

Ainda que a pecuária representasse a principal atividade econômica estabelecida no sertão, Francisco de Paula Ribeiro exercendo seu papel de defensor dos interesses da Coroa, entendia que a criação de gado poderia ser ainda mais fecunda naquela região, revertendo em mais lucros para a metrópole. O militar deixou isso aclarado ao referir-se as “dilatadas campinas próprias o quanto é possível para a imensa criação de gados de gados, não só atualmente presta, mas para o futuro pode para o futuro muito mais prestar com os mesmos gados”.¹⁰⁹

Nesse sentido, visando o desenvolvimento da região, Ribeiro elenca os motivos pelos quais a atividade pecuária ainda não lograva o êxito em que suas potencialidades permitiam alcançar. Na visão do militar, os entraves estavam calcados em quatro pontos principais: “as devastações do gentilismo, o método mau da sua administração presencial judicial, a subtração que os vendilhões de fora fazem dos seus gados de criar, e finalmente o mau estilo dos fazendeiros criadores[...]”¹¹⁰. Deste modo, fica evidente que em primeiro caso a intencionalidade de Ribeiro era reportar a Coroa sobre o mau aproveitamento desta atividade econômica, buscando ações a curto prazo.

Frente ao que já foi exposto sobre a economia do sertão no período oitocentista, depreende-se que as bases das atividades produtiva da região estavam pautadas na monocultura animal. Porém, mediante a análise dos aspectos naturais existente nos Pastos Bons, nota-se que havia um subaproveitamento de diversos fatores favoráveis. Nesse sentido, Paula Ribeiro, ao construir o seu olhar sobre o sertão, também destina considerável espaço em suas memórias para tratar sobre tais questões.

A favorabilidade dos Pastos Bons para o desenvolvimento de atividades agrícolas pode ser citada como um dos pontos pouco explorados no contexto oitocentista. Isso porque, os mesmo terrenos destinados em demasia para criação dos gados, também apresentavam boas propriedades para o cultivo, que poderiam transformar o sertão maranhense também em uma região de agroexportação.

O padre Antônio Correia Furtado em seu roteiro intitulado “Informações sobre os sertões dos Ryos da Corda, Miirim e Pindaré do Estado do Maranhão”, já aludia sobre a qualidade dos altos sertões para este fim, ao relatar que

Aquelle vastíssimo Certão de q tratamos comprehendem si dilatadíssimas campinas para creação de gados, muitos e exelentes Ribeyras com mattos as suas maragens

¹⁰⁹ RIBERIO. *Descrição do território...*, op. cit., p.42.

¹¹⁰ Ibid., p. 72.

para a lavoura, e todo gênero de agriculturas, contendo interinamente de haverês, que pode fazer feliz a este estado do Maranhão¹¹¹

No breve trecho, Antônio Correia deu indícios sobre os possíveis proventos que a Capitania do Maranhão poderia obter através da exploração dos terrenos férteis para a lavoura existentes nos Pastos Bons. Seguindo esta linha, Paula Ribeiro apontou em suas memórias para a relevância econômica que a agricultura poderia alcançar se implementada de maneira profícua. Ribeiro concebia como crucial tanto para o desenvolvimento dos altos sertões, como para os interesses portugueses, a melhor utilização principalmente das áreas contidas “para baixo do rio Alpercatas até perto da vila de Caxias”, já que, “seriam incalculáveis os interesses resultados se todas se aproveitassem, porque a Capitania do Maranhão não tem outras mais próprias para a agricultura”¹¹²

Apesar desta propensão da região do sul maranhense para fomento da lavoura em grande escala, as atividades agrícolas desenvolvidas no sertão no período oitocentista, em grande medida, estavam restritas a subsistência.

Em função da vasta extensão de terras que as fazendas de gado possuíam, os seus proprietários destinavam parte de seu terreno para a produção agrícola que suprisse tanto a suas necessidades alimentícias, quanto dos trabalhadores empregados em suas fazendas. Sobre isso, Assunção ratifica que cabia aos próprios trabalhadores da fazenda o cultivo de pequena plantações para sua subsistência¹¹³.

Pertinente a isso, Paula Ribeiro destacou as pequenas plantações de hortaliças existentes no sertão dos Pastos Bons, principalmente de mandioca, cebola e repolho. Segundo ele, em virtude de suas qualidades, estes gêneros prontamente poderiam ser exportados se produzidos em maior escala, aproveitado a “qualidade dos mesmos terrenos estrumados”.¹¹⁴

Na mesma linha de Paula Ribeiro, o militar Bernardino Pereira do Lago, também via predados para o desenvolvimento das lavouras nos Altos Sertões, principalmente a algodoeira, relatando que “são melhores para algodão as terras do sul da Província”¹¹⁵, sendo importante frisar que este era o principalmente gênero da economia do Maranhão neste período.

¹¹¹ FURTADO, Antônio Correia, 1795, 71 apud GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. 2006. Tese (Doutorado Curso de História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006. p. 318.

¹¹² RIBEIRO. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...*, op. cit., p. 21.

¹¹³ ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *De caboclos a bem-te-vis: a formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 185.

¹¹⁴ RIBERIO, op. cit., p. 64.

¹¹⁵ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001. p. 41.

Ainda no que tange a agricultura, a pouca desenvoltura no sul maranhense desta atividade promissora estava diretamente relacionada as dificuldades de escoamento da produção para as demais regiões da capitania. Isso se deve às péssimas rotas terrestres que o sertão dos Pastos Bons dispunha no período e, principalmente, ao já citado subaproveitamento das rotas fluviais que a região possuía. Tal fato fica explícito no seguinte trecho

Constando, como já temos dito, uma boa parte da dilatada freguesia dos Pastos Bons de excelentes fazendas de gado, sem por agora contenha ao menos nas de seus quatro principais rios navegáveis, Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Grajaú, outra alguma forma de estabelecimentos consideráveis por não poder exportar outros gêneros, e conhecendo-se que os mesmos rios oriundos do seu seio podem fazer seu principal motivo da sua riqueza, promovendo-lhes imediatas relações com a metrópole, independentes do trabalhoso trajeto por terra que atualmente tanto lhas dificulta, fica provado por isso, e pelo que temos a dizer de suas vantagens, ser este dito território a mais importante porção da Capitania do Maranhão.¹¹⁶

Torna-se explícito a partir do trecho supracitado que no entendimento de Francisco de Paula Ribeiro, a diversificação das atividades econômicas para além da pecuária, estava intrinsecamente associada a melhores rotas comerciais que ligassem os Pastos Bons as capitanias confinantes, podendo assim exportar os gêneros agrícolas que seus terrenos possibilitavam o cultivo.

Além disso, os rios poderiam fazer com que os Pastos Bons pudessem estabelecer relações comerciais não só dentro da colônia, mas também manter contato direto com a Metrópole exportando seus artigos sem intermédios, fato que naquele contexto estava restrito somente a capital São Luís.

3.2. A natureza do sertão nos escritos de Paula Ribeiro

A abordagem sobre o aspectos naturais existentes nos altos sertões, presente nas memórias de Paula Ribeiro, não estava restrita a qualidade dos terrenos dos Pastos Bons para agricultura. O militar ao longo de algumas passagens dos seus escritos teceu comentários bastante elogiosos sobre a natureza encontrada nestas terras, sendo pertinente afirmar que a narrativa sobre o sertão o aproximava do idílico, aspectos similares às noções de sertão como paraíso aqui já debatidas.

Em sua *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*, Ribeiro nos dá mostras de como era o seu olhar em relação ao sertão maranhense no que diz respeito a natureza

¹¹⁶ RIBEIRO. *Descrição do território...* op. cit., p. 53-54.

A natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este distrito o nome de Pastos Bons. Os seus campos nutridores, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que fazem com que este país seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que ele chama dos sertões de outras capitâneas confinantes os negociantes de gados, que dali transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos a criação das vacas e novilhas; o que é muito mal permitido consentir-se, porque não está ele ainda nas circunstancias de ceder para fora da sua capitania semelhante artigo ¹¹⁷.

Ainda nesta mesma linha, Paula Ribeiro alude que a região de Pastos Bons recebeu essa denominação por parte dos fazendeiros vindos da Bahia e Pernambuco que formaram a frente de colonização do Sul do Maranhão, e que a origem deste nome se deu em virtude da riqueza dos pastos encontrada pelos referidos fazendeiros, muito distintos dos sertões de onde haviam migrado.

Em seu Roteiro de viagens, Paula Ribeiro também tratou sobre alguns aspectos da vegetação existente nos Pastos Bons. Observa-se que em meio aos minuciosos relatos sobre os diversos cursos d'água que abrangem o sertão maranhense, o militar tratou sobre a prodigalidade dos campos, frisando a abundância de frutos e madeiras de excelente qualidade que poderia ser encontradas na região.

Cria-se nos matos e campos do mesmo distrito excelentes madeiras finas, como sejam: a aroeira, a violeta-do-campo do campo e dos matos (diferentes entre si), o angico, o pau marfim, o pau-roxo e outras, capazes todas para ornato, e de fabrico. Dá muito óleo-de-copaíba, goma de angico, de grande préstimo para preparações peitorais e expectorantes, jutaica, alcaçuz e almécega. Produz muita frutas silvestres, das quais as mais delicadas são a mangabas e as guabirobas, tem também outras de cultivos; mas entre elas a mais abundante e doce é a laranja.¹¹⁸

Estas representações que valorizam a vegetação dos Pastos Bons contidas nos escritos de Francisco de Paula Ribeiro ecoaram em autores que posteriormente também tratam sobre o tema. Nesse sentido, a autora Carlota Carvalho pode ser citada como um dos grandes exemplos deste fato.

Tendo sido notadamente influenciada pela memórias deixadas por Paula Ribeiro¹¹⁹, Carvalho também reproduz um discurso que expõem as belezas naturais existentes nos Pastos Bons, que se materializam ao elogiar “a beleza dos campos a suavidade do clima, a superabundância de nascentes de águas corrente e perenes e a grande quantidade de frutas naturais do país, saborosas como o bacuri, nutritivas como o pequi e a bacaba.”¹²⁰

¹¹⁷ Ibid., p. 44.

¹¹⁸ RIBEIRO. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...* op. cit., p. 69.

¹¹⁹ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 110.

¹²⁰ CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*. 3. ed. Teresina: Edufpi, 2011. p. 96.

As descrição feita por Paula Ribeiro sobre a vasta gama de aspectos naturais favoráveis encontrados no sul do Maranhão opera não só no sentido de construir uma imagem positiva do sertão dos Pastos Bons em relação a vegetação, mas também denota-se novamente a sua atuação como representante dos interesses portugueses, mapeando os principais artigos naturais que poderiam ser explorados pelos colonos.

Outro ponto que explicita tal fato foram os apontamentos do militar sobre existência de partículas salitrosas nos campos do sertão maranhense, especialmente nas proximidades dos rios Balsas e Parnaíba, ao afirmar que “Há certos lugares em que se descobrem sobre a terras partículas salitrosas, que os gados procuram que lhes lembre outro pasto dias inteiros.”¹²¹ Este artigo do reino mineral contribuiria de forma positiva na criação do gado, além de ser um dos elementos utilizados na fabricação da pólvora no século XIX.

Outros viajantes que antecederam a Paula Ribeiro em incursões pelo Maranhão já haviam aventado uma possível existência do salitre. Dentre estes podemos citar o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, que, como nos conta a historiadora Samara de Almeida Ramos¹²², foi enviado no ano de 1800, durante o período das chamadas viagens filosóficas, pelo então governador da capitania do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho (1798-1804) para aferir a real existência de salitre nos sertão em alguns territórios da Capitania.

Ao final de seus exames sobre os indícios apontados, Dias Cabral concluiu que, ao contrário do esperado, não existia o produto na região. Na realidade, aquilo que era popularmente chamado pelos habitantes de salitre, na verdade era Sal de Glauber, artigo que é muito vulgar na natureza¹²³, sendo possível que Paula Ribeiro tenha incorrido no mesmo erro em seu relato.

3.3. O processo de ocupação do sertão dos Pastos Bons e a criação das Ribeiras

Para além das vastas virtudes naturais existentes no sertão maranhense, se impõem como de grande relevância abordar os aspectos sociais e políticos que compunham a região no período oitocentista, dos quais Paula Ribeiro destinou expressivo destaque em suas memórias.

A influência da pecuária no território dos Pastos Bons não esteve circunscrita aos aspectos econômicos, haja vista que o processo de povoamento por parte dos colonos esteve

¹²¹ RIBEIRO, op. cit., p. 69.

¹²² RAMOS, Samara de Almeida. *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão*. 2017. 92 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

¹²³ Ibid., p. 74.

diretamente imbricado a expansão das fazendas de gado. Do mesmo modo, as estratificações sociais que foram construídas no sertão basearam-se nas relações de trabalho estabelecidas nas fazendas. Estas estruturas desenvolvidas em torno da pecuária fizeram com que intelectuais, como o historiador Capistrano de Abreu, denominassem a formação social do sertão como uma “civilização do couro”.

No que tange a ocupação colonial nos Pastos Bons, Cabral alude para a relevância do gado neste processo ao afirmar que “Nos sertões, a pecuária, atividade dominante e com características próprias, determinou não só a organização produtiva, mas a forma de povoamento e ocupação do território”¹²⁴. Nesse sentido, como já referido anteriormente, a partir do século XVIII ocorreram os avanços dos fazendeiros baianos, liderados por Domingos Afonso Sertão, que verteram o rio Paranaíba em direção ao sul maranhense, assim estabelecendo os seus primeiros núcleos de povoamento.

Após a instalação das primeiras fazendas nas proximidades do rio Paranaíba, o movimento de expansão dos domínios coloniais continuou de forma acentuada, sendo os Pastos Bons ponto de partida para estas expansões.

Guiados pela marcha “natural” do gado, os colonos seguiram estabelecendo novas propriedades para criação bovina, principalmente rumo ao oeste da capitania, até alcançarem o Tocantins.¹²⁵ Como desdobramentos dessas expansões, deu-se a formação novas povoações como São Felix, Balsas e São Pedro de Alcântara, atual Carolina.

Ainda que os primeiros colonos que se estabeleceram no sertão tenham atribuído a todo território sul do Maranhão o nome de Pastos Bons, após algumas décadas os sertanejos iniciaram o processo de subdivisão da área. Nesse sentido, Paula Ribeiro afirma que a freguesia dos Pastos Bons foi dividida “em oito particulares distritos ou ribeiras, como seus habitantes lhes chamam”¹²⁶

Em virtude da proximidade destes focos de povoamentos com os principais rios da região, os nomes destes rios foram atribuídos as ribeiras, de modo que passaram a se chamar: Alto Itapecuru, Paranaíba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú.

Todas estas ribeiras foram representadas no mapa produzido pelo militar, contido a seguir, que foi oriundo de sua viagem demarcatória no ano de 1815.

¹²⁴ CABRAL, op. cit., p. 103.

¹²⁵ CARVALHO, op. cit., p. 97.

¹²⁶ RIBERIO. *Descrição do território dos Pastos Bons...* op. cit., p. 54.

Figura 2: Mapa produzido por Francisco de Paula Ribeiro



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional 1819. Cart. 529484USU

As descrições produzidas por Paula Ribeiro sobre a colonização do sertão maranhense apontaram principalmente para letargia no processo de colonização da região. Nesse sentido, foi salientado as poucas edificações existentes nos Pastos Bons nas primeiras décadas do século XIX, pois, segundo o militar, apesar de se tratar da principal freguesia de todo o sul da capitania, local onde se achava a “pia-batistmal” do sertão, a região “não chegava a ter vinte fogos, e todos os seus edifícios são ridículas palhoças, à exceção da igreja matriz, único templo seu, e do quartel do destacamento militar quando ali o havia; porque são construídos de pedra e cal e cobertos de telhas”¹²⁷

Outro ponto suscitado por Paula Ribeiro que denota o lento processo de ocupação do sertão maranhense, diz respeito a descrição do militar sobre o ínfimo povoamento dos Altos Sertões. Em seu relato, o sul da capitania encontrava-se em difícil situação, pois “a

¹²⁷Id. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...* op. cit., p. 64.

população não é proporcional à sua grande extensão”¹²⁸. Devido essa discrepância entre a extensão territorial e os colonos, as concessões de terras para que os fazendeiros pudessem estabelecer suas propriedades eram bastante generosas, sendo o território dos Pastos Bons composto por grandes fazendas que se distanciavam por cerca de três léguas uma das outras.

O militar asseverou esta análise ao produzir uma estimativa populacional da região, mesmo afirmando que era difícil precisar se os números trazidos por ele realmente condiziam com a realidade. Ainda assim em suas estimativas contabilizou que a população dos Pastos Bons no período oitocentista estava entre quatro a cinco mil homens livres, além de aproximadamente mil escravos,¹²⁹ número insignificante se comparado à capital da província e mesmo ao vale do rio Itapecuru.

A construção narrativa realizada por Paula Ribeiro ao descrever os Pastos Bons como espaço despovoado, coaduna não só com as concepções de sertão expostas no capítulo anterior, que o concebiam como um vazio demográfico, mas também demonstra o olhar excludente do colonizador em relação as populações indígenas que representavam a maior parte dos habitantes.

O historiador Raimundo Santos ratifica esta ideia de invisibilidade dos povos indígenas neste processo de povoamento vislumbrado pelos agente das Coroa, pois, segundo ele, “a construção identitária no Maranhão se edifica na exclusão do nativo. Por força de um destino, o sertão nasce e cresce expulsando o índio para a implantação das fazendas de gado”¹³⁰.

Foi assim que Paula Ribeiro, ao descrever a nítida diferença no contingente populacional entre sertão e litoral, afirma que a área de menor ocupação em toda a capitania era o “lugar capital de Pastos Bons para o sul até o riacho Batateiro” isso porque a região mencionada era ocupada “somente por aquelas já ditas nações gentias”, fazendo com que o militar atribuísse a alcunha de deserto a esta localidade.

Além do processo de exclusão, estes povos nativos eram concebido como entraves ao processo de colonização, sendo responsáveis pelo pouco aproveitamento dos vastos territórios sertanejos. Nesse sentido, em outra passagem de sua memória Paula Ribeiro expressou aquilo que concebia ser a dificuldade impostas pelas populações indígenas ao processo de ocupação e inserção das fazendas de gado no sertão dos Pastos Bons. Segundo ele

¹²⁸ Ibid., p. 65.

¹²⁹ Id. *Descrição do território dos Pastos Bons...* op. cit., p. 42.

¹³⁰ Santos, Raimundo Lima. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. *Revista de História Regional*, v.16, n.1, Verão, Paraná, 2011. p. 211.

Já em outro tempo foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para criação dos gados, com mais de sessenta estabelecimentos, formando parte da alta ribeira do Itapecuru, uma das mais populosas do distrito: porém, aqueles gentios, e outros que com eles se confinam para sul, os tornaram a verter em solidões, destruindo-lhes a maior parte dos ditos estabelecimentos, tanto que apenas hoje resta o do Riachão, pertencente a Henrique Raposo do Amaral, e este quase exaurido¹³¹.

Nota-se que na visão de Paula Ribeiro havia notório antagonismo entre os interesses da Coroa de colonização do sertão por meio das fazendas de gado e os indígenas que resistiam a este processo. Por essa razão, ocorrem diversos conflitos entre indígenas e colonos, dos quais Paula Ribeiro participou ativamente, e que motivaram a dizimação de diversas tribos que habitavam a região.

Outro fator que pode explicar este baixo índice populacional dos Pastos Bons, era o modelo produtivo aplicado nas fazendas que, por via de regra, demandava a utilização de pequeno contingente de mão de obra. Francisco de Paula Ribeiro traduz este cenário ao afirmar que “Os senhores das fazendas ou criadores de gados exigem pouco assalariados, e ainda muito menos escravos, suprindo como seus próprios filhos os cuidados daqueles manejo.”¹³²

3.4. Os aspectos sociais dos Pastos Bons e o trabalho nas fazendas

Ao passo que houve a expansão do processo de povoamento do sertão por parte dos colonos, ocorreu conjuntamente o desenvolvimento de novas dinâmicas sociais que marcaram as relações entre os sertanejos. Nesse sentido, novamente as fazendas de gado assumiram papel de grande relevância, já que era o local em que se concentrava boa parte das relações estabelecidas pelos habitantes dos Pastos Bons.

A historiadora Socorro Cabral ratificou a importância da pecuária neste contexto, ao afirmar que havia íntima ligação entre a vida social dos sertanejos e a exploração da atividade econômica básica, e a partir desta correlação foram fomentados pequenos núcleos familiares patriarcais, compostos pelos fazendeiros e seus dependentes.¹³³

Nesse sentido, o historiador Caio Prado Junior traçou perfil mais amplo de quem eram estes trabalhadores das fazendas, aludindo que, em sua maioria, estes homens eram recrutados “entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do

¹³¹ RIBEIRO. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...* op. cit., p. 21.

¹³² Id. *Descrição do território dos Pastos Bons...* op. cit., p. 77.

¹³³ CABRAL, op. cit., p. 123.

litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo.”¹³⁴

Com relação as funções desenvolvidas pelos trabalhadores dentro das fazendas de gado, Paula Ribeiro atribuiu destaque a figura dos vaqueiros, que em maior parte eram homens pobres que não possuíam terras para estabelecer suas próprias fazendas, e por essa razão trabalhavam em propriedades de terceiros.

O militar explorador relata que as atribuições do vaqueiro eram extremamente árduas e estafantes, pois era de sua incumbência o trato com o gado, sendo responsáveis pela “criação” dos bezerros e muares, bem como amansa-los, a fim de evitar que se tornassem touros bravos e porventura trouxessem prejuízos ao fazendeiros. Tratava ainda dos animais feridos, que por vezes encontravam-se com algumas chagas pelo corpo ocasionadas pela *varejeira*¹³⁵.

Além disso, estava sob sua responsabilidade conduzir o gado aos currais no fim da tarde, queimar os campos para livrar os pastos das ervas daninhas, matar os animais que pudessem oferecer perigo ao gado, dentre outras atribuições. O militar encerra a descrição demonstrando o quão penoso era o trabalho dos vaqueiros dentro das fazendas

É finalmente aquele que para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou que ao menos as madrugadas não o achem em casa, especialmente no inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque neta estação costuma nascer a maior parte dos bezerros, e para que ele possa nas malhas¹³⁶ observar os gados antes de espalhar-se ao romper o dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas de ser mães, e traze-las sempre quase como à vista para que, parindo, não escondam os filhos deforma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.¹³⁷

Explicitando as dificuldades do cotidiano dos vaqueiros, descreve que durante o inverno tornava-se comum que os vaqueiros não dormissem em suas casas ou mesmo tivesse que acordar logo cedo para que pudessem tomar as primeiras providências em relação ao gado.

Normalmente, estes vaqueiros não eram sujeitos assalariados, porém o trabalho realizados nas fazendas possibilitava a estes homens livres a chance de adquirirem mobilidade social, chegando ao status de fazendeiros.¹³⁸ Isso porque ao final de cinco anos os fazendeiros pagavam a eles um quarto das cabeças de gado nascidos no período, “sendo este o partido

¹³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 45.

¹³⁵ A Varejeira descrita por Paula Ribeiro, trata-se de uma mosca de tamanho acentuado que infligia grandes danos aos gado pois é conhecida por deposita seus ovos na feridas abertas existentes nos boi, levando até mesmo a morte.

¹³⁶ O termo malho foi utilizado por Paula Ribeiro para designar lugares entre os campos que são escolhidos pelo vaqueiro para que o gado possa pernoitar.

¹³⁷ RIBEIRO. *Descrição do território dos Pastos Bons...* op. cit., p. 82.

¹³⁸ PACHÊCO FILHO, op. cit.

único que pode mover os vaqueiros a levar tão má vida, pois sabem que tanto mais lucram ao final, quanto melhor tem criado”¹³⁹.

Para além da figura do vaqueiro, Paula Ribeiro faz breve menção aos fábricas que, segundo ele, eram os “moços do vaqueiro”. Em geral, a função dos *fábricas* poderia ser exercida por escravos, homens livres ou até mesmo pelo filhos dos fazendeiros, para que, quando alcançassem o posto de vaqueiro, a divisão do gado continuassem dentro das posses da família.

De tal modo estes homens estavam subordinados aos vaqueiros e eram responsáveis por auxiliá-los no *amanho* do gado e dos cavalos da fazenda, além disso, o número de fábricas existentes em cada fazenda era condizente ao tamanho da propriedade, porém, como narra o militar, normalmente variava de dois a quatro homens.

3.5. Os entraves para o desenvolvimentos do sertão

A partir das memórias pormenorizadas de Paula Ribeiro torna-se nítido que este enxergava o sertão dos Pastos Bons como espaço repleto de potencialidades, e propício para a edificação de um espaço colonial que lograsse êxitos econômicos similares, ou até mesmo superiores, a zona litorânea da Capitania. Nesse sentido, os múltiplos relatos sobre a exuberância natural dos Pastos Bons tornam isso ainda mais claro.

Todavia, ao passo que o território dos Pastos Bons apresentava esta conjuntura natural altamente favorável, por outro lado, a população sertaneja ainda permanecia em estado de extremo atraso e debilidades latentes em diversos pontos. Nos escritos de Paula Ribeiro, é possível inferir certa similitude com os discursos dos primeiros viajantes recém chegados ao que viria a ser o Brasil, nos primórdios do período colonial. A socióloga Lucia Lippe de Oliveira aponta que estes discursos foram marcados por clara exaltação das características naturais em detrimento à condição humana dos habitantes da região. Ainda nesta linha, Lippe prossegue dizendo que “A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil”¹⁴⁰.

No que tange os relatos de Paula Ribeiro sobre o sertão maranhense, a afirmação de Lippe ganha maior concretude, o militar, ao descrever os povos sertanejos, assumiu um tom completamente oposto ao que foi usado pra tratar dos aspectos naturais. Como já exposto,

¹³⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 82.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 2.

em virtude do longo período que esteve nos Pastos Bons, Ribeiro desenvolveu uma espécie de radiografia dos habitantes do sul maranhense do século XIX.¹⁴¹

Estes relatos sobre os sertanejos maranhenses expressam o discurso recorrente no período oitocentista, que derivam do olhar do europeu “civilizado” em relação aos povos considerados “incultos” que habitavam o sertão, conforme se atesta no trecho a seguir

Não só as primeiras letras e as artes liberais, mas ainda a mecânica, lhes são inteiramente desconhecidas, porque assim como não tem a sua alma ornatos que a iluminem, também não conhece nem sente o seu trato pessoal qualquer precisão da decência. Poucos, ainda mesmo dos mais ricos, não deixam de viver quase nus em camisas e ceroulas de algodão grossos, e de comer ou dormir no chão sobre pele seca de boi, sendo claro, pelo que destes princípios se deduz, que mais ao estado brutal em que nascem e se criam, do que a um sistema escolhido, deve, eles tão péssimas filosofia, e também o quanto como resultado infalível esses princípios fazem com que não possam encontrar-se entre os propriamente ali nascidos muitos homens, cujo o modo de pensar os constitua nessa qualidade por outra alguma circunstância que não seja simplesmente a do seu instinto natural¹⁴²

O sertanejo descrito por Francisco de Paula Ribeiro foi despido de qualquer idealização. Na sua visão, este homem encontrava-se tomado por um estado de incivilidade proeminente, oriundo do seu isolamento em relação a área litorânea da capitania, que como já assinalado, era considerada como o espaço dotado de civilização.

Além disso, depreende-se a partir dos relatos de Ribeiro, que o estado de incivilidade não possuía relação com a condição financeira de seus habitantes, mas sim, com o seu caráter *in natura*, caracterizado por poucos atributos racionais, sendo assim guiados basicamente por instintos naturais. Isso se evidencia quando o militar assevera que mesmo os fazendeiros de maior poder aquisitivo apresentavam comportamento similar aos sujeitos mais pauperizados.

Na perspectiva de Paula Ribeiro, este cenário de estagnação civilizacional que tomava os Pastos Bons também estava relacionado com a total ausência de instituições educacionais formais na região. Nesse sentido, relata que “em tanta extensão povoada não se viu até hoje uma só escola pública ou privada”¹⁴³. Em função disso, a educação da população local estava a cargo daquilo que era passado pelos ancestrais, sendo assim, perdurava no sertão um círculo geracional de sujeitos “incultos”, sem nenhuma noção sobre leitura ou quaisquer outras artes liberais.

¹⁴¹ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 83.

¹⁴² RIBEIRO. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...* op. cit., p. 65.

¹⁴³ Id. . *Descrição do território dos Pastos Bons...* op. cit., p. 78

Ainda que Paula Ribeiro conceba o sertanejo maranhense como desprovido de traços civilizacionais aos moldes europeus, em sua *Descrição do território de Pastos Bons*, o militar atenua essa condição, ressaltando algumas virtudes destes povos

Os seus habitantes quase em geral, bem entendidos aqueles nascidos no distrito, suposto que sejam em geral em grande parte rústicos e brutais, como adiantaremos, não têm contudo de si mesmo, por influência de uma natural índole má, maiores defeitos que escandalizem a humanidade, passados que sejam alguns momentâneos acessos de furor, a que tão somente os conduz, há poucos anos, a desesperação da sua presente desgraça [...] porque enfim são de uma condição dócil, hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre têm concorrência, com agrado próprio de sim da sua rustica grosseria, porém sincero e de boa fé, até facilitar tudo o que possuem àqueles que sabem carinhosamente engana-los, e isto ao ponto de não se acautelarem dos prejuízos que muitas vezes se lhes têm conseguido da sua credulidade.¹⁴⁴

Ainda que o habitante do sertão estivesse marcado pela brutalidade e em alguns momentos, pela violência, revelada em rompantes de raiva, o sertanejo assume a condição de homem dócil e até mesmo ingênuo, já que era constantemente enganado por aqueles viajantes que tiravam vantagens de seu espírito hospitaleiro e acabavam por roubá-lo.

Percebe-se no discurso de Paula Ribeiro sobre o sertanejo maranhense certa similitude com aquele construído por Euclides da Cunha, quase um século depois, sobre os sertanejos baianos em sua consagrada obra “Os sertões”. Isso porque, para ambos a condição de atraso civilizacional e barbárie em que se encontravam os sertanejos em nada tem a ver com possível má índole desses povos, mas sim, possuem relação com a ausência de ações administrativas mais profícuas que levassem os sertanejos a um estágio civilizacional mais avançado.

Tal fato fica evidente na fala de Euclides da Cunha, quando alude para a importância da sincronização nos tempos sociais do sertão e do litoral para que haja o desenvolvimento da região interiorana.

Já em relação ao sertão maranhense, o cenário exposto por Paula Ribeiro demonstrava que o atraso no qual se achava a região no período oitocentista não estava atrelado somente a possíveis debilidades humanas. O militar creditava o malgrado em que se achavam os habitantes do sertão à incapacidade administrativa dos governantes da capitania em fomentar o desenvolvimento da região sul do Maranhão. Isso porque, segundo o entendimento de Paula Ribeiro, as ações governamentais estavam em grande medida voltadas a capital São Luís, relegando assim os sertanejos ao total abandono.

¹⁴⁴RIBEIRO, op. cit., p.45.

A ausência de integração entre o sertão e o litoral da capitania do Maranhão tornou-se perceptível desde os primórdios do processo de colonização dessas duas porções do território maranhense. Enquanto a “frente de ocupação” do litoral teve influência direta da Coroa portuguesa através de medidas administrativas que ensejassem este processo, a ocupação do sul maranhense se deu basicamente atrás de iniciativas individuais dos colonos com irrisório apoio da metrópole. Nesse sentido, a geógrafa Rosimary Gomes ratifica esta ausência da Coroa no processo de colonização do sertão; segundo ela, a frente de ocupação do sertão “Teve como característica principal na sua fase inicial, o caráter privado de conquista sem o apoio do Estado e da Igreja.”¹⁴⁵

Situado neste contexto oitocentista, Paula Ribeiro logo no princípio da sua descrição sobre os Pastos Bons, aponta para esse cenário de total distanciamento entre o sertão e a zona litorânea, o que ele convém descrever respectivamente como parte sul e norte da capitania. O militar assinala para este distanciamento ao se referir a abundância hídrica existente no sertão, que segundo ele poderia ser aproveitados por toda capitania. Assim afirma que

[...] a proporção primeira pela qual se vê ser ele a sua parte mais nervosa, e que, por infinitas circunstâncias das suas propriedades vantajosas, pode bem ministrar para a respectiva capital, ou para toda a beira-mar, as prodigiosas forças que ele lhe desconhece, porque o tem até hoje esquecido e quase como de si apartado¹⁴⁶.

O trecho acima evidencia o claro contraste entre as virtudes naturais existentes no sertão e o parco aproveitamento destas potencialidades pelos sucessivos administradores que passaram pela Capitania do Maranhão, tendo como reflexo desta ausência de ações governamentais o ostracismo em que se encontrava a região sul.

Este cenário de ineficiência administrativa foi abordado novamente por Paula Ribeiro ao se referir às ribeiras de Itapecuru e Parnaíba. Segundo ele, havia naqueles locais total inabilidade na forma como eram geridas pela Capitania, já que ambas haviam sido delegadas ao comando apenas de Francisco Germano de Moraes¹⁴⁷, sendo que, devido à grande extensão das duas ribeiras, tornava-se inviável que somente uma pessoa pudesse administrá-las de forma hábil.

Como consequência, relatou que as áreas ficavam desguarnecidas quanto aos indivíduos de má índole advindos de outras regiões. Assim o militar afirmou

¹⁴⁵ ROCHA, Rosimary Gomes; MOTA, Francisco Lima. *A inserção da economia do Maranhense no cenário nacional: o des(re)ordenamento territorial no sul do Maranhão*. Uberlândia, 2012. p. 3.

¹⁴⁶ RIBEIRO. *Descrição do território dos Pastos Bons...* op. cit., p 45.

¹⁴⁷ Paula Ribeiro descreveu Francisco Germano de Moraes como um homem pardo disfarçado, nascido na própria ribeira do Itapecuru. Ainda relatou que Moraes já em outras oportunidades já havia exercido posto administrativo, por ordens de alguns ex-governadores da Capitania. Porém, sua atuação estava restrita a um pequeno espaço territorial de áreas próximas a que residia.

Semelhante falta, pois, de uma administração bem regular não pode deixar de fazer-se sensível aos dois locais e as mesmas duas ribeiras, e também que este último lugar da Manga e seus arrabaldes sejam a principal porta por onde entram para estes sertões todos os vadios e criminosos, que pela seus delitos vem fugindo das capitâneas vizinhas, e que em todos aqueles mesmos sertões perpetrem os roubos, assassinos e mais atentados que lhe espiram seu mal natural, ou aqueles que lhes pagam suas pensões os estabelecidos moços pior intencionados, quando são poderosos, ou tendo-os a si como agregados ou valentões.¹⁴⁸

Este cenário de afastamento entre os Pastos Bons e as instâncias governamentais do Maranhão era ainda mais proeminente na última metade do século XVIII. Segundo a historiadora Socorro Cabral, como consequência da maior proximidade econômica do sertão do Maranhão com as capitâneas vizinhas, o isolamento entre sertão e litoral tornava-se ainda maior. Em virtude disso “[...] em 1770, D. José I, ao elevar á categoria de vila a povoação dos Pastos Bons, colocou-se sob a jurisdição da vila de Oeiras, devido as suas ligações com o Piauí e não como Maranhão”¹⁴⁹

O ostracismo em que se achava o sertão, também dizia respeito a ausência de representantes do sistema judiciário. Segundo Francisco de Paula Ribeiro, inexistia qualquer forma de “administração policiada” na região dos Pastos Bons no período em lá esteve. Afirma que durante algum tempo esteve sediada no distrito da localidade a “residência judicial, a vara administrativa”, sendo neste período o momento no qual as leis se faziam relativamente presentes no território sul maranhense.

Porém, em função do deslocamento dos juizes que atuavam na região para áreas extremamente afastadas dos altos sertões, a referida vara foi suprimida, fazendo com que os habitantes do sertão estivessem ao próprio julgo. Quanto a essa situação, Paula Ribeiro descreve que

Hoje, porém, que se acham sem espécie alguma de administração policiada, desde que se subtraiu dentre eles a presença da lei representada no caráter dos seus juizes, que transpuseram para cem duzentas léguas distante, como já em outro lugar fica dito, faz esta terrível circunstância como que, mudando de face o estado dos seus negócios dependentes da interposição da mesma lei, por não haver quem de perto lhe interponha; nem tendo eles força ativamente precisas para atrair de tão longe e sem grande custo com prontidão que a urgência de suas causas exigem, tem mudado a conduta, e se resolve a decidir por si mesmo, segundo a importância particular dos que representam nas questões; assassinam-se mutuamente e sem qualidade alguma de punição¹⁵⁰

De tal modo, Paula Ribeiro aponta para imagem de um sertão afastado da constituição dos poderes formais, local onde a ordem se fez através da lei do mais forte, notadamente por conta ausência das instituições governativas nestes espaço interior. Tal imagem sobre o sertão

¹⁴⁸ Ibid., p. 61.

¹⁴⁹ CABRAL, op. cit., p. 83.

¹⁵⁰ RIBEIRO. *Roteiro de viagem que fez o Capitão...* op. cit., p. 66.

será explorada e referendada por diversos autores tanto no campo da literatura como do pensamento social, construindo no imaginário popular uma clara relação entre o sertão e violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertão foi visitado por diversos viajantes ao longo dos séculos, ainda que até antes do período oitocentista pouco se soubesse de concreto sobre esta região, que por essência e etimologia da palavra, eram as terras afastadas do litoral e por conseguinte longe do poder central que se desenvolveu na América portuguesa a partir do processo de colonização.

Porém, em virtude da crise econômica atravessada por Portugal e dos novos ares trazidos a administração lusa com a expansão do Iluminismo por boa parte da Europa, a metrópole começa a incentivar as chamadas viagens filosóficas às suas possessões, tendo como um dos principais alvos dos sertões brasileiros. Apesar de não participar diretamente das viagens filosóficas, por não estar entre os formados na Universidade de Coimbra, o militar Francisco de Paula Ribeiro esteve imbuído das mesmas ideias e desempenhou papel semelhante na capitania do Maranhão no século XIX.

As primeiras povoações do território de Pastos Bons iniciaram-se durante o século XVIII e marcaram o movimento de fazendeiros da Bahia e Piauí buscando novos territórios para a criação de gado. A partir disso, outros viajantes percorrem a região do sertão maranhenses, dentre eles destaca-se o major Francisco de Paula Ribeiro que foi mandado ao sertão de Pastos Bons para cumprir valorosos serviços à coroa portuguesa.

Francisco de Paula Ribeiro para além da valiosa contribuição para o Estado português que o “patrocinou” por todo o período em que esteve na capitania do Maranhão, também deixou vasto material para os estudos sobre o sertão de Pastos Bons. As memórias e o mapa produzidos pelo militar e explorador fazem uma descrição completa de questões tanto de cunho geográfico quanto social da região sul do Maranhão.

Paula Ribeiro produziu uma descrição extremamente minuciosa dos mais diversos, que poderiam ser de maior relevância para a Coroa de Portugal neste contexto de busca de riquezas naturais que pudessem ser exploradas e revertidas em vantagens econômicas.

Ao mesmo tempo o militar construiu a imagem de um sertão extremamente abundante em riquezas naturais. Compostos melhores campos de toda a capitania do Maranhão, dos quais os fazendeiros baianos tiraram proveito para o desenvolvimento da atividade pecuária, que norteou a economia local durante o período. Estes pródigos campos verdejantes, eram acompanhados e regados pela vasta abundância hídrica existente nos Pastos Bons, que banhavam boa parte do sertão do Maranhão. Além disso, os altos sertões

ainda propiciavam aos seus habitantes diversas espécies de plantas medicinais, frutos, animais para caça.

Porém, ao passo que aspectos naturais brindavam os sertanejos com grandes auspícios, a questão administrativa ainda encontrava-se muito aquém das possibilidades. De tal modo, Paula Ribeiro em diversas passagens de sua obra aponta para a total ausência do estado português no sertão dos Pastos Bons, deixando seus moradores a própria sorte. Questões como falta de representação judicial, pouca intervenção dos governadores da capitania no sul do Maranhão, parco desenvolvimento econômico frente as inúmeras possibilidades que poderiam ser exploradas, são os principais alvos das críticas de Paula Ribeiro.

O sertanejo também foi objeto de análise do militar. Segundo ele, o homem do sertão era marcado por suas características rústicas, sendo totalmente ausente a ele noções de “civilidade”, sendo este olhar de Paula Ribeiro estritamente apoiado em modelos litorâneas e europeus. Porém, a medida de carece de modos, o homem do sertão também foi descrito como sujeito “agasalhador”, que sempre prestava hospitalidades aqueles que passavam pela localidade. Neste sentido nota-se que o militar criou uma extrema dualidade dentro da figura do sertanejo.

Essa dualidade também esteve presente nas representações sobre o sertão no contexto da literatura. Enquanto os escritores adeptos a escola do romantismo buscavam a representar o sertão de forma idealizada ressaltado a forma simples do seus habitantes, os escritores realista criavam a imagem do sertão com um espaço de selvageria.

REFERÊNCIAS

Arquivos

APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Caixa 86, doc. n. 7208.

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1798-1800, Códice 20, Doc. 441.

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1800-1803, Códice 01, Doc. 451.

APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Caixa 86, doc. n. 7208.

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05 Doc. 755.

APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1817-1819, Códice 06 Doc. 1691

Bibliografias

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, Luciano Aronne de. *A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político*. São Paulo: PUCSP, 2010.

ALBUQUERQUE, Jose Lindomar. As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Análise Social*, v. 195, p. 329, 2010.

ALENCAR, José de. *O sertanejo*. 5. ed. São Paulo : Melhoramentos, [19--].

ALMEIDA, José M. G. de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v.1, n. 2, 2012.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 145-151, 1995.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Viajantes do século XIX: uma reflexão sobre as estéticas do pitoresco e do sublime na construção de representações para o Brasil. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE- IFCH, 2., 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 193-200.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *De caboclos a bem-te-vis: a formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 185.

AZEVEDO, Álvares de. *Lira dos Vinte Anos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: SciELO-Editora UNESP, 2003.

BARROSO, Gustavo. A origem da palavra “Sertão”. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v (52), 1947

BONATO, Thiago. *O olhar, a descrição: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do período colonial (1783-1822)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luis: EdUFMA, 2008.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta*. Belém: Universidade da Amazônia- NEAD. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-de-literatura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

CARNEIRO, Stânia Náglia V. *Dona Guidinha do Poço ou narrador em voz alta*. Porto Alegre: Revolução ebooks- Simplísimos, 2018.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*. 3. ed. Teresina: Edufpj, 2011.

COELHO NETO, Eloy. *História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 8, 2013.

CRISTÓVÃO, Fernando. *Viagens no interior do Brasil fatores de desenvolvimento*. Lisboa: CLEPUL, 2014.

CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e sua passagem a mito (A Divina comédia do sertão) *Revista da USP*. São Paulo: USP, n. 20, p.43, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984. (Biblioteca do Estudante).

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, p.105-170, jan./mar. 1968.

EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. Sertão, formação do território e incursões ao interior no pensamento verde-amarelo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2011.

ESPINOLA, Haruf Selmen. *Sertão do rio Doce*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons; a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2007.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí: uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. 2006. Tese (Doutorado Curso de História) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. In: SOUZA, Laura de Mello e; CERQUEIRA, André Sekkel (org.). *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

IANNI, Otávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.10, n. 26, jan./abr. 1996.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 17, n. 2, p.12, 2009.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. Intelectuais e Interpretações do Brasil. In: *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, 1999.

MARTINS, Manuel de Jesus Barros. In: RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memória dos sertões maranhenses*. São Paulo: Siciliano, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. A conquista do Brasil central: Fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. Barcelona: *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Vol. XVI, n. 418 v.9, 2012.

NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1994.

OLIVEIRA, Lucia Lippe. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Editora MAUD, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo. Ficção, ciência e história e a invenção da brasilidade sertaneja. *Revista Ipotesi*, Juiz de Fora, n. 4, 2000.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: EdUEMA, 2016.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Um militar a serviço da Coroa portuguesa no sul do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza, 2009.

PACHECO NETO, Manuel. *O bandeirante como tema da educação Brasileira: um estudo dos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006*. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2007

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: ED da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus Roberto de Melo; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. A história de uma ausência: os colonos cientistas da América Portuguesa na historiografia brasileira. In: FRAGOSSO, João (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: Estampa, 2006.

PIMENTEL, Sidney Valadares. *O chão é o limite: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão*. Goiânia: UFG, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Samara de Almeida. *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão*. 2017. 92 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro de viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras de Capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssimo. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico de Geographio Brasileiro*, tomo X, 1. trim. de 1848. Rio de Janeiro ed 2 1870.

RIBEIRO, Francisco de Paula. RIBEIRO, Francisco de Paula Ribeiro. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. *Revista Trimestral da História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 1. trim. de 1849, Rio de Janeiro [segunda edição 1872]

ROCHA, Rosimary Gomes; MOTA, Francisco Lima. *A inserção da economia do Maranhense no cenário nacional: o des(re)ordenamento territorial no sul do Maranhão*. Uberlândia, 2012.

ROMANO, Luís Antônio Contatori. *Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea*. Londrina: Estação Literária, 2013. v. 10.

SANTOS, Raimundo Lima. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. *Revista de História Regional* v.16, n.1, Verão, Paraná, 2011. p. 211.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Paraná: Urbe, 2017.

SILVA, René Marc da Costa. O papel da categoria Sertão no processo de construção da identidade nacional Fins do século XIX e começo do XX. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 45, n. 177, jan./mar. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Seus fundamentos econômicos. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Candice Vidal e. A pátria geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade. In: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). *Sentido de Sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p. 212.

SOUZA, Candice Vidal de O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, 2010.

SOUZA, Candice Vidal e. Ver o Brasil, pensar a nação. In: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de. *O império do Brasil educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & lápis: Editora UEMA, 2015. p. 515.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. 19. ed., São Paulo: Ática, 1991

TRIBUZZI, Bandeira *Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. Edição comemorativa dos 35 anos de criação do CORECON-MA, Maranhão, 2011.

VELHO, OG. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão 1612-1895*. Edição da Associação Comercial do Maranhão, Maranhão, 1954.